

AGROECOLOGIA, SOBERANIA ALIMENTAR & O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

COORDENAÇÃO, PESQUISA E REDAÇÃO

Alessandra Bertoncini Nakazawa

Ana Paula Cruz dos Santos

Isadora Vianna Fernandes

Hiromi Macêdo Kitayama Fujishima

Kamila Machado de Castro

Luísa Teixeira Francisco e Gontijo

Marcel Luis de Moraes Oliveira

Marcos Antonio Trajano Ferreira

Raquel Ferreira

Samuel Di Salvatore Pereira

Ximena Soledad Moreno Sepulveda



Esta cartilha foi produzida pelo GT de Saúde Planetária da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.

DIRETORIA (GESTÃO 2024 – 2026)

Presidente Fabiano Gonçalves Guimarães Belo Horizonte / MG	Diretoria Científica e de Desenvolvimento Profissional Contínuo André Petraglia Sassi Porto Alegre / RS
Vice-Presidente Zeliete Linhares Leite Zambon Campinas / SP	Departamento de Desenvolvimento Profissional Contínuo Isadora Viana Fernandes Rio de Janeiro / RJ
Secretária-Geral Cybelle Cristina Pereira Rodrigues Belém / PA	Departamento de Publicação Marcello Dala Bernardina Dalla Vitória / ES
Diretoria Administrativa e Financeira Daniel de Medeiros Gonzaga Rio de Janeiro / RJ	Departamento de Pesquisa Marco Túlio Aguiar Mourão Ribeiro Fortaleza / CE
Diretoria de Comunicação Brenda Freitas da Costa Rio de Janeiro / RJ	Diretoria de Exercício Profissional Ricardo Souza Heinzelmann Santa Maria / RS
Departamento de Comunicação Arthur Fernandes da Silva Brasília / DF	Diretoria de Residência Médica Pós-Graduação Lato Sensu Andrea Taborda Ribas da Cunha Mossoró / RN
Diretoria de Titulação e Certificação Lívia Hinz Caliço Florianópolis / SC	Departamento de Residência Mauro Magaldi Lins Manaus / AM
Departamento de Titulação e Certificação Cassandra Renault Pisco Maricá / RJ	Departamento de Especialização Arthur Lobato Barreto Mello Brasília / DF
Diretoria de Medicina Rural Larissa Bordalo de Figueirêdo Pinto São Luís / MA	Diretora Residente Amanda Teixeira Ferro Pereira Vitória da Conquista / BA
Diretoria de Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu Fernanda Lazzari Freitas Florianópolis / SC	Diretora Residente Geovana Ribas Virtuoso Rio de Janeiro / RJ
Departamento de Graduação Stricto Sensu Ugo Caramori Campinas / SP	
Departamento de Pós-Graduação Stricto Sensu Leonardo Cançado Monteiro Savassi Belo Horizonte / MG	

© Sociedade Brasileira de
Medicina de Família e Comunidade

Editor-Chefe:
Marcello Dala Bernardina Dalla

Assistente Editorial:
Daniel de Medeiros Gonzaga

Editor de Seção:
André Petragia Sassi
Arthur Fernandes da Silva
Felipe Martini
Isadora Vianna Fernandes
Marco Túlio Aguiar Mourão Ribeiro

Conselho editorial:
Fabiano Gonçalves Guimarães
Marcello Dala Bernardina Dalla
André Petraglia Sassi
Isadora Vianna Fernandes
Brenda Costa

Catalogação na Publicação (CIP)

A281 Agroecologia, soberania alimentar e o papel da atenção primária à saúde / Grupo de Trabalho de Saúde Planetária da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.
São Paulo: Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2025.
126 p.; 32 cm.

Modo de Acesso: www.
Publicação digital (e-book) no formato PDF.
ISBN: 978-65-00-31169-3

1. Agrologia. 2. Atenção primária à saúde. 3. Saúde Planetária. 4. Alimentação saudável - nutrição. 5. Políticas públicas. 6. Agricultura Urbana.
I. Grupo de Trabalho de Saúde Planetária da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.
II. Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.
III. Título.

CDD 577.55

Bibliotecária Alessandra Monteiro Pattuzzo Caetano – CRB 752/ES

Publicação digital - Brasil
1^a edição – maio – 2025
ISBN: 978-65-00-31169-3



Atribuição não comercial compartilhada igual CC-BY-NC-SA 4.0

Essa licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam crédito e licenciem as novas criações sob os mesmos termos.

Sumário

Apresentação	1
1 Agroecologia: princípios, definições e dimensões	3
1.1 Princípios	4
1.2 Dimensões	5
Referências do Capítulo 1	5
2 A relação da Agroecologia, Saúde Planetária e Atenção Primária à Saúde	7
Referências do Capítulo 2	9
3 Sistemas Socioagroalimentares Biodiversos: Saúde, Segurança e Soberania	10
3.1 Conceitos	10
3.2 A construção de Sistemas Alimentares Saudáveis e soberania alimentar e nutricional	11
Referências do Capítulo 3	12
4 Agricultura Urbana e Periurbana	14
Referências do Capítulo 4	18
5 Equipamentos locais: redes de apoio, articulações locais e tecnologias sociais no Brasil	20
5.1 Equipamentos locais	20
5.2 Tecnologias Sociais	26
Referências do Capítulo 5	28
6 Políticas públicas	29
6.1 Alimentação como Prática de Cuidado Integral	34
Referências do Capítulo 6	35
7 Experiências de projetos de Agroecologia	38

7.1	CEM Serra da Misericórdia	38
7.2	Projetos	38
7.3	Preservação Ambiental	39
7.4	Soberania Alimentar	39
7.5	A relação da saúde com o CEM	40
7.6	Projeto Agroecológico da ONG Comunidade dos Pequenos Profetas Transforma Vidas .	43
7.7	Projeto de Agricultura Urbana Agroecológica na Comunidade Jardim Nova Esperança .	43
7.8	Rede de Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos (RHAMB) no Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal (DF)	44
7.9	Agradecimento	47
	Referências do Capítulo 7	47
8	Mãos à terra	49
8.1	O solo	50
8.2	Um solo saudável para o plantio	50
8.3	O sol	54
8.4	A água	55
8.5	Compostagem	57
	Referências do Capítulo 8	59

Apresentação

Vila Kosmos, um lugar “kósmico” de aprendizado. Era nesse lugar que eu fazia parte do meu internato de Medicina de Família e Comunidade. Fui designada para a equipe Getúlio Machado, na qual vivi uma das melhores experiências da minha vida, cheia de aprendizados e memórias.

O território era a Terra Prometida, local onde o nome por si só carregava a esperança de uma vida nova, a do direito à terra, à saúde e à educação. Mas a terra não foi uma mera promessa, e veio pela conquista do povo e para o povo. Era uma ocupação recente, mas com lideranças comunitárias fortes.

Foi lá que ouvi pela primeira vez o termo Consultório Avançado (ou territorializado, como é chamado hoje), um espaço com o intuito de reverter um pouco a Lei dos Cuidados Inversos, e levar o direito à saúde para pessoas que o Estado falhou e continua falhando tantas vezes e de diferentes maneiras.

Na realidade da periferia carioca, em locais que não se encontram nos mapas oficiais, mas que a violência está instalada, direitos só são ofertados depois de muita luta popular, através de uma liderança forte.

A Terra Prometida que se localizava longe da clínica da família Ana Maria Conceição dos Santos Correia, conhecida como Ana Maria, apresentava esse desafio geográfico de acesso. Não havia um consultório físico com a sua estrutura básica, mas a população se organizava para tornar possível o acesso às consultas e levar a saúde às pessoas e ao território da ocupação através do Consultório Avançado.

Durante uma das tardes nesse espaço conquistado pela comunidade, junto do Dr. Milton, idealizador do consultório, tive a oportunidade de conhecer Ana, uma das lideranças locais, responsável por um projeto incrível (CEM Serra da Misericórdia), que envolvia Agroecologia, Feminismo e Inclusão Social. O projeto tinha nascido da necessidade de construir uma comunidade sustentável, de envolver as crianças em atividades educativas e integrar as mulheres que buscavam oportunidades de trabalho. É incrível como Ana conseguiu montar um projeto tão impactante a sua comunidade local.

No projeto, as crianças participavam ativamente das atividades de agroecologia, além de atividades de liderança e cultura, como o teatro, que aumentam a confiança, a desenvoltura e o conhecimento do corpo. As mulheres tinham oportunidades relacionadas ao empoderamento, formação de lideranças e independência financeira, e algumas eram bolsistas da Fiocruz em projetos sobre insegurança alimentar. A associação valorizava a sabedoria popular e possuía em seu terreno plantas medicinais, como a erva baleeira, e, através dessas plantas, eram produzidas pomadas, xaropes e chás, utilizados terapeuticamente em benefício de toda a comunidade. No local, não havia saneamento básico, a urina passava por filtração através das bananeiras, como uma fossa ecológica, as fezes possuíam um banheiro a seco, e eram utilizadas na compostagem. Além disso, o projeto possuía uma estufa com mudas que eram utilizadas no reflorestamento da mata ao redor do riacho da região.

Foi nesse contexto que o consultório avançado começou as suas atividades. Era uma possibilidade de

integrar diversos projetos que dialogavam com a saúde e atuar efetivamente na determinação social do processo saúde-doença.

Fomos aparentemente “levar” saúde, mas é a comunidade que a constrói e vive o conceito integral de saúde na sua raiz. Nós apenas levamos as ferramentas, as técnicas e agregamos o nosso conhecimento. Porque o poder é deles e vem deles. E juntos, somos nós como um todo, que construímos um sistema de saúde com equidade, universalidade e integralidade.

E foi a partir dessa experiência que surgiu a ideia dessa cartilha, para que mais trabalhadores da saúde possam se inspirar, auxiliar a construir e apoiar projetos de Agroecologia em seus territórios de atuação, em suas próprias vidas, e a se integrarem com a saúde da forma mais ampla, semeando e difundindo ações da Saúde Planetária em todos os contextos. Vamos plantar?

Luísa Teixeira Francisco e Gontijo

[← Voltar ao Sumário](#)

Capítulo I

Agroecologia: princípios, definições e dimensões

A Agroecologia surge na Europa, no contexto da Primeira Guerra Mundial, como tentativa de resgate da alimentação de qualidade, que era modificada com os avanços da guerra. Essa busca nos remete à ideia de cura também através da alimentação, em que ela se reestabelece nas relações de respeito entre o ser humano e todos os elementos do ciclo da vida (planta, solo, microorganismos, água, ar e minerais) visando a sustentabilidade.

Uma definição ampla para agroecologia, de acordo com Sevilla Gusmán e Gonzalez de Molina, é a seguinte:

A agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque, seletivamente, as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade.

Para além de um sistema de produção, a Agroecologia é um movimento social e ato político, que valoriza o saber e cultura dos pequenos produtores e povos tradicionais da região, levando em consideração a biodiversidade do local onde será desenvolvida. Busca-se equilíbrio, harmonia e autonomia ao reproduzir o funcionamento da natureza.

Se encaixa como poesia, resgate, esperança, e apresenta princípios e dimensões claras que se complementam. Sendo assim, cabe refletirmos sobre a forma que podemos cooperar com sua implementação onde atuarmos enquanto moradores e/ou profissionais da saúde.

Partindo da agroecologia, temos dois outros conceitos importantes a serem esclarecidos: Agrofloresta e Agricultura biodinâmica.

A agrofloresta é um tipo de sistema inspirado nos ecossistemas florestais biodiversos e multiestratificados e tem como característica o plantio consorciado de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas, respeitando a estratificação e a sucessão natural, de maneira a criar um organismo agrícola harmônico, em equilíbrio dinâmico, e altamente produtivo. Pode, também, promover a recuperação de áreas degradadas, fornecendo muitos serviços ambientais. Este sistema de produção é caracterizado pela diversidade de cultivos no mesmo tempo-espacô, com grande diversidade de espécies e em diferentes “andares”. Com

o manejo mediante capina seletiva e poda, no sentido de se avançar na sucessão, a combinação de consórcios de espécies vai se reconfigurando ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que a vida do solo é potencializada, bem como a ciclagem dos nutrientes. Há transformação do microclima e o ciclo da água é equilibrado (infiltração, manutenção da umidade no solo e evapotranspiração). A produção vegetal é promovida, ao mesmo tempo em que a fotossíntese é otimizada, e complexas interações ecológicas entre vegetais e animais acontecem o tempo todo.

A agricultura biodinâmica procura potencializar as forças cósmicas no desenvolvimento das plantas ao considerar o calendário astronômico nas atividades de plantio, colheita e manejo. Além disso, adota o uso de preparados dinamizados a partir de plantas, esterco e sílica e a participação humana com observação qualificada na condução do sistema. A biodinâmica é inspirada no trabalho de Rudolf Steiner, filósofo, educador e escritor nascido no século XIX em Kraljevec, Croácia, que produziu em diversas áreas do conhecimento até o ano de 1925, e que também é o criador da Medicina Antroposófica, racionalidade médica reconhecida pela *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares* (PNPIC).

1.1 Princípios

1. **Preservação e ampliação da biodiversidade:** Uma vez que ocorre a intervenção humana, é necessário cuidado para que o local tenha as características próximas ao que tinha originalmente, de forma a manter a biodiversidade e a resiliência do sistema. Sendo assim, o ambiente se torna capaz de se adaptar e reequilibrar, incluindo a relação com os terrenos ao redor.
2. **Otimização do uso do espaço e recursos:** A visão holística do território faz parte da Agroecologia. Dessa forma, a disposição e tipos de espécies escolhidas cooperam para a preservação do solo e das suas necessidades. Há atuação em suas diferentes camadas, na dependência do porte das plantas, cooperando para a sua saúde e para a saúde das espécies envolvidas, sem o uso de produtos químicos para que se desenvolva.
3. **Reciclagem de nutrientes:** Relacionado aos pontos acima, a reciclagem de nutrientes envolve o aproveitamento dos resíduos do próprio e dos sistemas ao redor, como a matéria orgânica, sejam elas de origem animal ou vegetal.
4. **Conservação da água:** A disposição da vegetação, assim como sua preservação, cooperam para a retenção de líquido na terra, através das raízes que se aprofundam em diferentes camadas do território. Além disso, a matéria orgânica produzida pela queda das folhas e outros elementos, que fazem a cobertura do solo, favorece a retenção de umidade e a conservação da água.
5. **Controle de sucessão e proteção de resíduos:** Ao imitar um sistema natural, há a plantação de diferentes espécies de pequeno, médio e grande porte que, quando manejadas, otimizam a reposição de nutrientes e o aproveitamento dos resíduos entre elas de forma a sustentar o sistema.

1.2 Dimensões

1. **Econômica:** Neste aspecto, valoriza-se o produtor local, a sua forma de produzir e respeitar a natureza, cooperando para a perpetuação desse modo de produção. Quando o espaço entre o produtor e o consumidor é encurtado, a economia local é fortalecida, o tempo de transporte é reduzido, o que significa diminuição das emissões de gases de efeito estufa. Com isso, aumenta-se a resiliência local em termos de autonomia, o poder pela sua independência (o produtor é capaz de desenvolver seus próprios insumos), também por haver articulação entre os produtores e as pessoas que não têm poder de compra, facilitando o escoamento do que é produzido e o acesso ao alimento de qualidade e, logo, a redução do impacto no ambiente local e global.
2. **Política:** A forma como escolhemos viver canaliza recursos para essa escolha. Sendo assim, consumir produtos agroecológicos é fomentar essa iniciativa, é valorizar a saúde da terra e humana, estimulando que se perpetue. À medida que apoiamos, essa continuidade passa a se dar por políticas de apoio que se articulam, também por envolvimento de diferentes gerações e envolvimento de pessoas de diferentes gêneros, uma vez que envolve toda a comunidade. Com isso, favorece-se a justiça social e a igualdade de direitos.
3. **Ambiental:** A dimensão ambiental está correlacionada ao princípio da biodiversidade, por garantir a saúde do solo observando seu comportamento natural, garantindo a redução de insumos químicos, como agrotóxicos, uma vez que, se necessário, são utilizados defensivos naturais.
4. **Sociocultural:** O aspecto sociocultural perpassa vários dos princípios e dimensões, pois se trata da preservação de costumes, do conhecimento local, das relações dentro da comunidade, fortalecendo laços. Isso fomenta o interesse dos jovens por permanecer e desenvolver sua região, assim como a participação das mulheres e valorização do saber dos mais velhos.

[← Voltar ao Sumário](#)

Referências

ASSOCIAÇÃO AGROFLOR. **Módulo:** Conceitos Básicos de Agroecologia. [Vídeo]. Youtube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RSY0xmxE-1k>. Acesso em: 15 julho 2023.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

FUNDIFRAN IBOTIRAMA. **Produção agroecológica sustentável (Aula 1/3).** [Vídeo]. Youtube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NvoIX0SzIzM>. Acesso em: 15 julho 2023.

INSTITUTO CULTURA DA TERRA E BIODINÂMICA ICTB. **Cultivando Agroecologia: dimensões e perspectivas em debate.** [Vídeo]. Youtube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TtLwem8SB1E&t=236s>. Acesso em: 15 julho 2023.

SANTOS, A. C. A agrofloresta agroecológica: um momento de síntese da agroecologia, uma agricultura que cuida do meio ambiente. **Boletim eletrônico.** Curitiba: Departamento de Estudos Socio-Econômicos Rurais, n. 156, 2007.

Capítulo II

A relação da Agroecologia, Saúde Planetária e Atenção Primária à Saúde

A *Organização Mundial de Saúde* (OMS) em 1990 reconheceu pela primeira vez que fatores ambientais globais afetam a saúde das populações, e intitulou como “Saúde Ambiental” o novo campo da Saúde Pública. Desde então, muitos termos surgiram para discutir essa temática, que possuem diferenças conceituais e de abrangência entre si. O termo *Saúde Planetária* se consolidou a partir do relatório do *The Lancet*, lançado em 2015. Saúde Planetária trata-se da conquista de um alto padrão de saúde, bem-estar, visando a equidade mundial, e se preocupa com a saúde da civilização humana, seus sistemas políticos, econômicos e sociais, e o estado dos sistemas naturais de que ela interdepende. Entende-se que a prevenção e promoção da saúde, bem como a estruturação dos sistemas de saúde, devem levar em conta a determinação social e ambiental dos processos de saúde e adoecimento. A partir dessa perspectiva, é importante que haja um movimento transformador sobre o modo de pensar a saúde e de prestar assistência. No Brasil, a Universidade de São Paulo e a *Health Alliance* (Aliança Mundial de Saúde Planetária, composta por universidades, pesquisadores e instituições em mais de 60 países) publicaram a *Declaração de São Paulo sobre Saúde Planetária*, em 2021, que propõe ações de mudança em diversos setores da sociedade, como veremos a seguir.

Para os profissionais de saúde, a declaração propõe:

Incorporar imediatamente os conceitos e valores de saúde planetária aos principais currículos e códigos de conduta profissional para todos os futuros profissionais da saúde. Educar os pacientes sobre os conceitos de saúde planetária e utilizar as vozes de confiança dos profissionais da saúde para aumentar a conscientização sobre os efeitos adversos de nosso relacionamento disfuncional atual com nosso planeta. Aproveitar as diversas práticas de conhecimento além das disciplinas ocidentalizadas, incluindo aquelas dos povos indígenas. Defender políticas centradas no paciente que promovam a saúde planetária, incluindo o acesso público aos serviços de saúde como um direito humano, e incorporar soluções e serviços comunitários além da prática clínica. (Myers; Pivor; Saraiva, 2021, p. 1299).

Para o setor da saúde, a declaração propõe:

Reorganizar todos os aspectos dos sistemas de saúde para a saúde planetária – desde a aquisição de suprimentos, fontes de energia, eficiência em saúde e redução de resíduos. Comprometer-se a alcançar um sistema de saúde positivo para a Natureza e neutro em carbono antes de 2040, e ao mesmo tempo fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde às mudanças ambientais globais. A prevenção de doenças, a promoção da saúde e a igualdade na saúde devem estar no centro dessa transição. Incorporar perspectivas e práticas de saúde além dos métodos ocidentais tradicionais, incluindo conhecimentos tradicionais liderados por povos indígenas, bem como outras práticas de saúde integrativas. Considerar os determinantes sociais e ambientais da saúde para pessoas e comunidades, incluindo transporte público e ativo; acesso a serviços de saúde; espaços verdes para fornecer benefícios sociais, recreativos e de saúde mental; qualidade do ar, solo e água; e acesso a dietas nutritivas e acessíveis, principalmente para comunidades de baixa renda. Defender o acesso público a serviços de saúde culturalmente apropriados como direito humano. (Myers; Pivor; Saraiva, 2021, p. 1299).

A partir das proposições sugeridas pela Declaração, percebe-se que a Saúde Planetária se conecta diretamente com a Atenção Primária à Saúde na medida em que os profissionais da área são os que têm um contato mais direto com a população, podendo apoiar e criar ações na unidade e na comunidade que dialoguem com um planeta mais sustentável e saudável. A atenção primária, em especial a *Estratégia de Saúde da Família* (ESF), se torna essencial para caracterizar os desafios enfrentados por uma comunidade e contribuir na construção coletiva da saúde, integrando profissionais e membros da comunidade atendida, num processo de luta por equidade e direitos sociais. A introdução do conceito de Saúde Planetária pode ajudar a formar profissionais e comunidades mais conscientes da importância de ver que a saúde humana não pode ser dissociada da saúde do planeta e da criação de iniciativas de sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

Da mesma forma, pensar em saúde planetária é pensar também em sistemas alimentares, uma vez que a agropecuária é um dos grandes ameaçadores dos ecossistemas globais. Além disso, sob a ótica da determinação social do processo saúde-doença, identifica-se a insegurança alimentar como um grande desafio para a promoção de saúde, sendo a falta de soberania alimentar um dos fatores que influenciam nessa situação de adoecimento e precarização da vida. É crucial realizar mudanças no setor agrícola para reduzir o impacto ambiental, preservar os sistemas naturais, garantir segurança alimentar e a soberania alimentar das nações, produzindo alimentos nutritivos, livres de agrotóxicos e produzidos de maneira sustentável. A agroecologia se torna uma importante alternativa na busca de harmonizar a agricultura com os processos naturais, em contraste com a abordagem moderna que tenta adaptar plantas às demandas da agricultura.

É por meio da APS que é possível realizar a interlocução entre os sistemas alimentares e a saúde das comunidades, que são indissociáveis. A agroecologia, através de práticas como plantio de agroflorestas, hortas comunitárias, agricultura biodinâmica e hortos, que serão vistas nesta cartilha, se soma como a ferramenta capaz de conservar um planeta saudável e comunidades detentoras de soberania alimentar.

[← Voltar ao Sumário](#)

Referências

- BORGHI, C. M. S. O.; OLIVEIRA, R. M.; SEVALHO, G. Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na América Latina. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 869–897, 2018. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1792/579>. Acesso em: 17 maio 2025.
- FLOSS, M.; BARROS, E. F. Planetary health: a call for action of family doctors from around the world. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1992, 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1992](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1992). Acesso em: 15 jul. 2023.
- MYERS, S. S.; PIVOR, J. I.; SARAIVA, A. M. The São Paulo Declaration on Planetary Health. **The Lancet**, Londres, v. 398, n. 10308, p. 1299, 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)02181-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)02181-4). Acesso em: 15 jul. 2023.
- WHITMEE, S. et al. Safeguarding human health in the Anthropocene epoch: report of The Rockefeller Foundation–Lancet Commission on planetary health. **The Lancet**, Londres, v. 386, n. 10007, p. 1973–2028, 2015. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)60901-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)60901-1). Acesso em: 17 maio 2025.

Capítulo III

Sistemas Socioagroalimentares Biodiversos: Saúde, Segurança e Soberania

A alimentação é um pilar importante da saúde de uma população. Mais que uma fonte de nutrientes, ela também é uma forma de expressar a cultura de um povo, a sua relação com a natureza, sua organização social. A fome e a má nutrição, dessa forma, são construções sócio-político-econômicas, moldadas pelo processo histórico, que na América Latina foi marcado por colonização e opressão. A fome foi um problema invisibilizado por vários anos, e somente no século XX foi colocado em pauta com o desmantelamento das economias mundiais, principalmente europeias.

Em 2015, a ONU lançou os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e “Erradicar a fome” é o ODS 2, mas desde então observou-se um aumento no total de subnutridos no mundo e hoje existe uma expectativa de que 9,8% da população mundial viva com fome em 2030 (são 8,9% em 2023). Tal meta é complexa e ter uma produção abundante de alimentos não é o meio de atingi-la. Nos últimos anos, outros problemas relacionados à má nutrição se tornaram também evidentes e, em algumas áreas, são preponderantes. Esses problemas incluem sobrepeso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão.

No centro de todos esses desafios de saúde está a forma com a qual esses alimentos são produzidos. Para além de pensar em quanto é produzido, é necessário pensar como, por quem e para quem é produzido. Sistemas alimentares devem ser capazes de garantir não somente a segurança alimentar, mas também a soberania alimentar.

Para continuar o debate, é necessário esclarecer esses conceitos:

3.1 Conceitos

1. **Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):** SAN é definida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. A LOSAN – Lei Nº 11.346, de 2006 – regulamenta as políticas de promoção e acesso a alimentos saudáveis e à água, assim como de fomento à produção, à comercialização e ao consumo

de alimentos oriundos da agricultura familiar.

2. **Insegurança alimentar e fome:** A garantia da disponibilidade de alimentos em quantidade adequada e segura, capazes de suprir as necessidades nutricionais para uma vida saudável e ativa, constitui um fator crucial tanto para a saúde individual (Mikkonen & Raphael, 2010) como para a saúde pública em âmbito global, regional, nacional, comunitário e familiar (Neff, 2014). A ausência dessa segurança alimentar, que abrange os diversos níveis mencionados, acarreta efeitos prejudiciais diretos e enfraquecedores à saúde quando ocorre a privação do acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos a nível pessoal. A insegurança alimentar pode ser de três tipos:
 - **Leve:** Quando há incerteza sobre o acesso a alimentos em um futuro próximo ou quando a quantidade ou qualidade está comprometida;
 - **Moderada:** Quando a quantidade de alimentos já é insuficiente;
 - **Grave:** Quando há privação no consumo e fome.
3. **Soberania Alimentar:** A Via Campesina Internacional define a Soberania alimentar como “[...] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos.”

3.2 A construção de Sistemas Alimentares Saudáveis e soberania alimentar e nutricional

Na tentativa de garantir a alimentação como direito, duas políticas opostas se destacam. A primeira delas propõe um liberalizado sistema internacional de comércio de alimentos (Nova Aliança do G7 sobre Segurança Alimentar e Nutricional para a África). Essa proposta pode levar ao desmantelamento nacional das leis e costumes sobre a posse da terra, sementes e água, possibilitando que grandes corporações transnacionais controlem o mercado. De outro lado, propõe-se a produção de acordo com os princípios da soberania alimentar, com a proposta de incentivo aos mercados locais e regulação pelo interesse público.

Pensar na soberania alimentar é refletir sobre quem controla os recursos naturais e produtivos, sobre quem define as políticas de alimentação e nutrição, sobre igualdade de gênero e eliminação da opressão e desigualdade.

Atualmente, a produção agrícola intimamente relacionada com a monocultura, o agronegócio e direcionada à exportação coloca em risco o meio ambiente e não é capaz de garantir a segurança alimentar. No Brasil, múltiplos programas sociais foram implementados com o objetivo de acabar com a fome no país, como o Fome Zero (2003) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN (2006). Em 2013, o Brasil teve o melhor índice de Segurança Alimentar e, em 2014, deixou o mapa da Fome da ONU. No entanto, por uma série de fatores, incluindo o desmonte das políticas públicas e a pandemia de COVID-19, fez com que, em 2022, 33,1 milhões de pessoas estivessem em situação de fome no país e 58,7% estivessem em situação de insegurança alimentar.

Em 2017, a OMS apontou que a combinação de desnutrição e sobrepeso, chamada dupla carga de má nutrição, passou a crescer nos países de baixa e média renda. Em consonância com o aumento do sobrepeso e obesidade, crescem também as DCNTs e suas respectivas complicações. Preocupados com essa mudança, em 2021, o Ministério da Saúde lançou o “Manual de Atenção às Pessoas com Sobre peso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde”, destinado aos profissionais da APS, e o “Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil, 2021-2030 - Plano DANT”, construído em consonância com as ODS. No entanto, mais do que atuar nas condições de saúde já instaladas, é necessário que a APS atue de forma a apoiar que a nutrição adequada seja garantida para a população, sendo a soberania alimentar a estratégia mais promissora.

A agroecologia se soma a esse processo como forma de estabelecimento da soberania alimentar. A partir dela, é possível abranger as demandas sociais por justiça alimentar e justiça ambiental.

[← Voltar ao Sumário](#)

Referências

DA SILVA, M. Z. T. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Configurações**, Lisboa, v. 25, n. 1, p. 97–111, 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/configuracoes/article/view/23066>. Acesso em: 17 maio 2025.

LA VIA CAMPESINA. Food sovereignty: a manifesto for the future of our planet. **Indigenous Policy Journal**, v. 32, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.indigenouspolicy.org>. Acesso em: 17 maio 2025.

MACLENNAN, M. et al. Food and nutrition security: towards the full realisation of human rights. **Policy in Focus**, Brasília, v. 13, n. 3, 2016. Disponível em: https://ipcig.org/pub/eng/PIF33_Food_and_Nutrition_Security.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

NORONHA, G. S.; MALUF, R. S.; CASTRO, L.; NORONHA, J. C. de; DELGADO, N. G.; GADELHA, P. (org.). **Alimentação e nutrição no Brasil: perspectiva na segurança e soberania alimentar** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Edições Livres, 2023. 452 p. Disponível em: <https://edicoeslivres.org>. Acesso em: 17 maio 2025.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN**. Relatório de pesquisa do GT de Monitoramento. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br>. Acesso em: 17 maio 2025.

Capítulo IV

Agricultura Urbana e Periurbana

A agricultura urbana e periurbana é uma prática agrícola que pode ser desenvolvida no interior e nos arredores das cidades e que se propõe a transformá-las em ambientes mais solidários, sustentáveis e resilientes. Esta forma de agricultura envolve o cultivo de alimentos e plantas medicinais, criação de animais e outras atividades agrícolas em espaços ociosos e subutilizados, tais como telhados, varandas, jardins comunitários, terrenos baldios, parques, escolas, unidades de saúde da família e até mesmo paredes e fachadas de edifícios, funcionando como uma ferramenta estratégica de reconexão entre as pessoas, famílias e comunidades com o meio ambiente e de promoção de saúde e bem-estar.

A agricultura urbana e periurbana foi instituída através da lei 14.935, de 26 de julho de 2024, que define seus objetivos enquanto política nacional citados logo abaixo:

1. Ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis;
2. Propiciar a ocupação de espaços urbanos e periurbanos livres, ociosos e subutilizados;
3. Gerar alternativa de renda e de atividade ocupacional à população urbana e periurbana;
4. Articular a produção de alimentos nas cidades com os programas de abastecimento e compras públicas para alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, estabelecimentos penais e outros;
5. Estimular o trabalho familiar, de cooperativas, de associações e de organizações da economia popular e solidária voltado para a agricultura urbana e periurbana;
6. Promover a educação ambiental e a produção agroecológica e orgânica de alimentos nas cidades;
7. Difundir a reciclagem e o uso de resíduos orgânicos, de águas residuais e de águas pluviais na agricultura urbana e periurbana.

Há diversas maneiras de promover a agricultura urbana e periurbana em consonância com estes objetivos no cotidiano, variando em diversas escalas de tamanho e complexidade. Entre elas, podemos citar:

- **Hortas comunitárias:** espaços compartilhados nos quais as pessoas cultivam e colhem alimentos, flores, ervas e/ou plantas medicinais juntas, fortalecendo laços enquanto comunidade e promovendo a cooperação e a partilha;

- **Hortas domésticas:** muitas pessoas cultivam pequenos jardins ou vasos com plantas em suas varandas, quintais ou até mesmo em ambientes internos para produzir alimentos, ervas, temperos, plantas medicinais ou para embelezar estes recintos;
- **Telhados verdes:** algumas construções urbanas incorporam telhados verdes que permitem o cultivo de plantas, o que ajuda a melhorar o isolamento térmico do prédio, a absorção de água da chuva e a redução do escoamento superficial;
- **Agricultura vertical:** uma forma de produção que utiliza estruturas verticais, como torres, muros ou paredes, para cultivar plantas em várias camadas, maximizando o uso do espaço disponível;
- **Hidroponia:** **técnica de produção que não envolve a utilização do solo.** Nesta prática, se **utiliza uma mistura de água com uma solução enriquecida com nutrientes para a produção de hortaliças, frutas e verduras;**
- **Aquaponia:** prática em que a criação de peixes é combinada com a produção de plantas, criando um sistema sustentável e simbiótico de reciclagem de nutrientes.

A agricultura urbana e periurbana é uma resposta aos desafios da urbanização da vida moderna e das mudanças climáticas, incentivando o uso criativo do espaço urbano e a integração das famílias comunidades com o desenvolvimento de áreas verdes. Essa prática tem sido cada vez mais valorizada como uma abordagem sustentável para a alimentação e a gestão dos recursos naturais no contexto urbano e tem ganhado popularidade em muitas partes do mundo devido a várias razões:

A agricultura urbana e periurbana pode ajudar a promover segurança alimentar e nutricional e reduzir a dependência das cidades em relação à importação de alimentos de outras regiões ou países. Ao cultivar alimentos localmente, as comunidades urbanas podem garantir um suprimento mais seguro e estável de alimentos frescos, nutritivos e saudáveis, especialmente em momentos de crises ou emergências.

O cultivo de alimentos localmente em áreas urbanas pode estimular a sustentabilidade ambiental ao reduzir a pegada de carbono associada ao transporte de produtos agrícolas por longas distâncias. Além disso, a agricultura urbana e periurbana pode ajudar a melhorar a qualidade do ar e da água, aumentar a biodiversidade local e promover a conservação de recursos naturais;

A proximidade das áreas de cultivo ao consumidor final permite que os alimentos sejam colhidos no momento certo de maturação, o que aumenta sua frescura e valor nutricional e dispensa a necessidade de conservantes para o transporte, o que pode contribuir para uma dieta mais saudável, nutritiva e equilibrada nas comunidades urbanas.

A agricultura urbana e periurbana muitas vezes é praticada em espaços compartilhados, como hortas coletivas, o que cria oportunidades para a interação social, integração e o fortalecimento de laços comunitários. O trabalho conjunto nas atividades agrícolas promove a cooperação e a solidariedade entre os moradores;

A agricultura urbana e periurbana também tem potencial para revitalizar áreas degradadas ou abandonadas nas cidades, transformando terrenos baldios em espaços verdes produtivos e promotores de saúde ou otimizando a utilização de áreas ociosas em escolas ou unidades de saúde da família. Isso contribui para melhorar o ambiente urbano, a paisagem e a qualidade de vida da população.

As práticas agrícolas urbanas e periurbanas oferecem oportunidades para a educação ambiental, a conscientização sobre a importância da agroecologia e a valorização da natureza e dos ciclos naturais. Além disso, a participação na produção de alimentos pode aumentar o conhecimento sobre nutrição e hábitos alimentares, estimulando práticas mais saudáveis dentro das famílias e das comunidades.

Além disso, a agricultura urbana e periurbana pode criar oportunidades de emprego, especialmente em comunidades com menor acesso a empregos formais pode ser limitado. Além disso, os agricultores urbanos e periurbanos podem desenvolver pequenos negócios e empreendimentos relacionados à venda de produtos e serviços agrícolas, fomentando a economia solidária.

As áreas utilizadas para o cultivo urbano e periurbano podem ajudar a absorver a água da chuva e reduzir o escoamento superficial, diminuindo o risco de inundações e contribuindo para a gestão sustentável da água na cidade ao garantir a permeabilidade do solo.

Ou seja, a agricultura urbana e periurbana desempenha um papel vital na construção de cidades mais resilientes, sustentáveis e com maior segurança alimentar e nutricional. Ela oferece benefícios que vão além da produção de alimentos, estendendo-se ao cuidado com o meio ambiente, à promoção de saúde e ao bem-estar das famílias e comunidades envolvidas.

Apesar de todos os benefícios, a agricultura urbana e periurbana enfrenta desafios, como a escassez de espaço, a contaminação do solo e a disponibilidade de água em alguns contextos. No entanto, o interesse crescente em segurança alimentar e nutricional, agroecologia, sustentabilidade e a instituição da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana têm impulsionado a adoção de práticas agrícolas urbanas e periurbanas em muitas famílias e comunidades, tornando-a uma abordagem promissora para o futuro das cidades e seus entornos.

Plantar em ambientes urbanos e periurbanos pode ser um processo gratificante e relativamente acessível, mesmo para aqueles que possuem pouco espaço disponível. Aqui estão algumas sugestões para iniciar esta prática:

Implementando Agricultura Urbana e Periurbana:

1. **Planejamento e escolha do local:** avalie o espaço disponível para produzir. Pode ser um pequeno jardim em casa, uma varanda, um telhado, um espaço comunitário ou mesmo um canteiro em um parque. Escolha um local seguro que receba a quantidade adequada de luz solar e que seja seguro para o cultivo;
2. **Seleção das espécies:** escolha as plantas que deseja cultivar com base no espaço disponível,

na quantidade de luz solar e nas condições climáticas locais. Opte por culturas adequadas para o espaço e que se adaptem ao ambiente urbano ou periurbano;

3. **Preparação do solo ou substrato:** certifique-se de que o solo ou o substrato esteja preparado e adequado para o cultivo. Se estiver cultivando em vasos ou recipientes, utilize uma mistura de solo de qualidade e matéria orgânica para fornecer nutrientes às plantas;
4. **Escolha dos recipientes:** se não houver solo diretamente disponível para o cultivo, opte por vasos, caixas, canteiros elevados ou outros recipientes adequados para o plantio. Certifique-se de que os recipientes tenham orifícios de drenagem para evitar o acúmulo excessivo de água;
5. **Plantio e manejo:** plante as mudas ou sementes conforme as instruções da cultura escolhida. Forneça água suficiente, mas evite o encharcamento do solo. Acompanhe o crescimento das plantas e faça a manutenção necessária, preferencialmente, utilizando técnicas agroecológicas;
6. **Fertilização e compostagem:** utilize adubos orgânicos ou compostagem para fornecer nutrientes às plantas. A compostagem também pode ser feita com resíduos de alimentos produzidos em casa, tais como restos de frutas, verduras ou legumes, pó de café, folhas de chás e/ou cascas de ovos, reduzindo o desperdício e enriquecendo o solo. Além de criar um ótimo adubo para suas plantas, ao separar o lixo orgânico do não orgânico, você facilita o processo de reciclagem;
7. **Controle de pragas e doenças:** monitore regularmente as plantas em busca de sinais de pragas ou doenças. Utilize métodos de controle agroecológicos e evite ao máximo o uso de produtos químicos industrializados ou agrotóxicos;
8. **Colheita e utilização dos alimentos:** quando as plantas estiverem maduras, colha os alimentos, flores, ervas e temperos e aproveite-os em suas refeições e chás. A colheita regular também pode incentivar o crescimento contínuo de algumas plantas;
9. **Interação com a comunidade:** se estiver envolvido em um projeto de agricultura urbana ou periurbana comunitária, participe das atividades e eventos, compartilhe conhecimentos e colabore com outros membros da comunidade.

Lembre-se de que a agricultura urbana e periurbana pode ser uma jornada de aprendizado contínuo. Experimente diferentes técnicas de cultivo agroecológico, esteja aberto a ajustar suas práticas conforme as necessidades e aproveite a oportunidade para se conectar com a natureza e com sua comunidade local.

[← Voltar ao Sumário](#)

Referências

PROJETO COLHENDO SUSTENTABILIDADE: práticas comunitárias de segurança alimentar e agricultura urbana. Embu das Artes: Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes; Sociedade Ecológica Amigos de Embu, 2010. 112 p. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2023/05/3.-Agricultura-Urbana-na-Pratica.-Praticas-Comunitarias-de-Seguranca-Alimentar-e-Agricultura-Urbana.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.

BOSETTI, C. J. Agricultura urbana e segurança alimentar: uma análise microeconômica. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 1-18, 2022.

BOUÇO, H. A. T. **Agroecologia, Urbanismo e Agenda 2030: Um Urbanismo Agroecológico - Como Repensar as Contribuições da Agroecologia no Espaço Urbano para Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030?** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Caracterização da agricultura urbana e periurbana do Distrito Federal**. Brasília, jun. 2023.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Lei n. 14.935, de 5 de junho de 2024. Altera a Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a acessibilidade nos serviços de transporte por aplicativo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114935.htm. Acesso em: 17 maio 2025.

DE AZERÊDO, D. A. F. C. **Agricultura urbana e sustentabilidade ambiental das cidades** [manuscrito]. [S. l.], 2023.

FERREIRA, L. C. G.; NÓBREGA, S. D. C. (coord.). **Agricultura urbana agroecológica: uma experiência com hortas escolares em Goiânia-GO** [recurso eletrônico]. Goiânia: [s.n.], 2020. 54 p. ISBN 978-65-00-11847-6. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Cartilha_Agricultura_urbana_agroecol%C3%B3gica_em_goi%C3%A2nia_Final_compressed_%281%29.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

ROESE, A. D. **Agricultura Urbana**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/812707>. Acesso em: 17 maio 2025.

VINHOLI, A. C. et al. **Cartilha de agricultura urbana: com enfoque agroecológico**. Florianópolis: CEPAGRO, 2009. Ilustrações de Eugênio de Faria Neves. Apoio: Ação Social Arquidiocesana (ASA), Ação Social São João Evangelista (Biguaçu), Ação Social São Vicente (Itajaí). Disponível em: <https://www.cepagro.org.br/cartilha-de-agricultura-urbana-com-enfoque-agroecologico/>

//ppl-ai-file-upload.s3.amazonaws.com/web/direct-files/attachments/64839866/03
a4413c-0339-483f-a4f2-f8961309bca4/CEPAGRO-2009-Cartilha-de-Agricultura-Urban
a-com-Enfoque-Agroecologico.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

Capítulo V

Equipamentos locais: redes de apoio, articulações locais e tecnologias sociais no Brasil

5.1 Equipamentos locais

É de grande importância para a população, principalmente para o pequeno produtor, questionar os atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais, dando enfoque a agriculturas sustentáveis (Caporal e Costabeber, 2004).

Nesse âmbito, a transição agroecológica é uma pauta necessária para que se evitem mudanças drásticas e desordenadas. As transições, no geral, se opõem à estabilidade, se fazendo presentes cada vez que o futuro nos convida a debates (Chabot, 2015). Neste caso, a transição ecológica se relaciona não somente a mudanças pontuais na técnica agrícola, mas também a uma mudança estrutural que permite a criação de um modelo socioambiental.

A base para a formulação e implementação de políticas públicas é a participação popular. Através de movimentos que emanam do povo, podem ser elaboradas políticas públicas que irão sustentar e financiar projetos agroecológicos.

As cooperativas e movimentos sociais que são formados espontaneamente, a partir das necessidades locais, devem ser valorizados, pois são exemplos para a formulação dessas políticas, que serão a base de estímulo para que a transição agroecológica ocorra.

Podemos citar diversos exemplos no Brasil de movimentos populares, e muitos deles poderão ser encontrados nos domínios da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Um exemplo é a marcha das margaridas, que contribuiu para a Formulação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Atualmente, existe uma iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) que realiza o mapeamento de experiências em saúde e agroecologia em todo o território nacional. Essas experiências foram divididas em 21 eixos temáticos que vão desde ensino/pesquisa e extensão até cooperativismo e arranjos comunitários.

A iniciativa se chama Agroecologia em Rede, e, através do site, é possível filtrar e extrair informações da base de dados, como, por exemplo, a abrangência do projeto, as identidades e as áreas temáticas.

As iniciativas cadastradas também podem ser encontradas em cadernos da Fiocruz. Na tabela abaixo são apresentados alguns dados e, no infográfico a seguir, um exemplo ilustrativo.

Dispositivos	Organizações	Experiências	Redes
184	1106	3287	39

Tabela 1: Total de iniciativas cadastradas.

Fonte:

Um exemplo de configuração de articulação local são as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), um novo modelo de associação entre agricultores e consumidores em que os consumidores são chamados de co-agricultores e compartilham a responsabilidade na produção do alimento que irão consumir. A comunidade passa então a ter o compromisso de financiar a agricultura familiar, os alimentos são pagos antecipadamente, e semanalmente as famílias participantes recebem verduras, frutas e legumes produzidos naquela época, respeitando as sazonalidades e conhecendo novos sabores. É também criado um fundo de reserva para emergências, e a comunidade compartilha os riscos de produção e participa da tomada de decisões de como investir os recursos. Esse tipo de associação aproxima e fortalece os laços entre os agricultores e consumidores, campo e cidade.

A crise atual, descrita como socioambiental, afeta todos os âmbitos da vida humana, e em verdade é muito mais ampla e atinge de diferentes modo os territórios urbanos e rurais (Sepúlveda *et al.*, 2022). Inovações em tecnologias sociais são cada vez mais desejadas e necessárias, especialmente no que tange ao paradigma produtivo predominante uma vez que determina o relacionamento entre quem cultiva o alimento com quem precisa e busca alimentar-se, é neste contexto que surgem novas formas de vínculo entre as pessoas na contemporaneidade.

As comunidades que dão suporte à agricultura (CSA) existem em torno de acordos coletivos e fundamentam-se no ideal de apreço mútuo, de modo que há compartilhamento das responsabilidades pelas culturas dos alimentos em busca de conservação da paisagem, do solo e da sociobiodiversidade como elemento central do grupo de pessoas que as compõem. Existe, portanto, uma relação direta entre agricultores e as pessoas que consomem os gêneros alimentícios. Essa ideia pode ser positiva e rica do ponto de vista socioambiental, tanto para o campo quanto para a cidade, por um lado por permitir circulação de recursos financeiros que se apresentam como investimento em ações locais e ao mesmo tempo por proporcionar acesso a hábitos alimentares em torno do consumo de produtos frescos, livres de venenos e de relações sociais injustas. Para tanto, há quase dez anos a Associação Comunitária CSA Brasil atua nacionalmente difundindo essas novas formas de relacionamento.

Os primeiros registros do modelo das CSAs datam de 1920, na Polônia, como uma associação de consumidores, inspirada nas ideias de Rudolf Steiner, filósofo e cientista austríaco que fundou a Antroposofia e a Agricultura Biodinâmica. Após isso, o movimento começa a desenvolver-se pela Europa (Selg, 2020). No Japão, existem relatos de iniciativas que dialogam com os princípios de CSA desde a década de 1960.

Após o desastre na cidade de Minamata (onde ocorreu uma grave contaminação por mercúrio), um grupo de mulheres se organizou para comprar alimentos diretamente de agricultores orgânicos. Essa iniciativa ficou conhecida como Teikei, e essa rede continua a crescer no país (Hitchman, 2018).

Desde 2006 a rede internacional Urgenci, que hoje agrupa diversas iniciativas em mais de 40 países, trabalha com parcerias locais de solidariedade para a agroecologia, sendo as CSAs as iniciativas mais conhecidas (Urgenci, 2023).

As CSA contribuem para modelo produtivos em que as pessoas tenham experiências que Westphal identifica como promotoras de saúde: mudanças comportamentais, que se verificam com a mudanças nos estilos de vida individuais; são espaços onde acontecem experiências educacionais, que mudam os estilos de vida; fortalecimento comunitário com estímulo à participação social e Vivências que estimulam a transformação social – centrado no conceito de democracia participativa, orientadas pelo princípio da equidade, em direção à mudança das relações de poder e ações sobre os determinantes sociais da saúde (Azevedo e Pelicione, 2011; Trajano e Moreno, 2024).

Para Buss *et al.* (2020), a mediação entre a população e o poder público, assim como a capacitação para o exercício da cidadania e do controle social são, para a promoção da saúde, contribuições inestimáveis que não podem ser descuidadas ou perdidas. Segundo (Azevedo e Pelicioni, 2012) a agroecologia e a promoção da saúde são áreas contributivas e complementares. Embora ainda sejam tímidas as iniciativas que buscam identidades comuns entre elas, a aproximação de ambas pode enriquecer o campo da saúde no campo e nas cidades em prol da concepção de políticas públicas que estimulem e fortaleçam intervenções e práticas intersetoriais dessas temáticas, juntas (Trajano e Moreno, 2024).

VOCÊ SABE O QUE É CSA?



Do inglês, *Community Supported Agriculture*, o CSA é a sigla para Comunidade que Sustenta a Agricultura.

É uma alternativa de apoio à produção local de alimentos, promovendo espaços de interação entre as pessoas na cidade e no campo.



DA CULTURA DO PREÇO À CULTURA DO APREÇO

O agricultor deixa de vender seus produtos através de intermediários. Quem escolhe fazer parte da CSA, deixa de ser um consumidor e torna-se um coagricultor.

1



CONFIANÇA ENTRE AGRICULTORES E COAGRICULTORES

Em uma relação de confiança, a comunidade assume o compromisso de financiar a agricultura familiar, pagando antecipadamente pelos alimentos. O período mínimo costuma ser de 6 meses.

2



PONTO DE CONVENIÊNCIA

3

PONTO DE CONVIVÊNCIA 3

Os alimentos são entregues em locais próximos às residências dos coagricultores, uma vez por semana, de acordo com a cota contratada. Cada cota prevê cerca de 10 itens de verduras, frutas e legumes.

Em uma relação de confiança, a comunidade assume o compromisso de financiar a agricultura familiar, pagando antecipadamente pelos alimentos. O período mínimo costuma ser de 6 meses.

REDUÇÃO DO DESPÉRDICO 4

Na CSA evita-se o uso de embalagens, além de não ter intermediadores ou risco de não escoamento da produção. O agricultor tem mais segurança pois a sua produção tem destino certo e pode se dedicar à terra com mais alegria e satisfação.

RESPEITO À SAZONALIDADE DA PRODUÇÃO 5

Os coagricultores são estimulados a respeitar a sazonalidade da produção natural, conhecendo mais de perto o ciclo de plantio e colheita dos seus alimentos. Dessa forma passam a programar suas refeições a partir do que a terra está oferecendo em cada período, compartilhando receitas e conhecendo novos sabores.

FUNDO DE RESERVA 6

Os coagricultores contribuem mensalmente para um fundo de reserva para situações de emergências (falta de água, excesso de chuvas, entre outros). A comunidade compartilha os riscos de produção e também participa da tomada de decisões de como investir esses recursos.



Figura 2: Infográfico sobre CSA. *Fonte: <https://www.wwf.org.br/?65282/CSA-Comunidade-que-Sustenta-a-Agricultura>.* Acesso em: 24 fev. 2025.



Figura 3: Explicação sobre as instâncias da participação social. *Fonte:* Articulação Nacional de Agroecologia (2021).

5.2 Tecnologias Sociais

Trata-se do implante de sistemas utilizados, a partir dos processos históricos locais e suas necessidades, para elaborar e executar as mudanças que a comunidade precisa para produzir e escoar seus produtos agroecológicos de forma sustentável. Geralmente, está associado às redes e suas dores, visando resolver questões de forma simples e de baixo custo para a comunidade.

Como exemplo, tem-se a história do Vale Encantado no Rio de Janeiro. Comunidade localizada no bairro do Alto da Boa Vista, na floresta da Tijuca, foi formada a partir das famílias que trabalhavam na produção de café no século XIX. Com o passar do tempo, a ocupação sem planejamento e a falta de políticas públicas não garantiram o acesso ao saneamento básico, fazendo com que os resíduos das casas se misturassem às nascentes. Os impactos ambientais gerados pela ocupação fizeram com que houvesse a ameaça do Ministério Público de retirar a população do local. A solução pensada pela Comunidade Tradicional do Vale Encantado foi a instalação de um biodigestor para o tratamento do esgoto, que passa pela tecnologia de um jardim filtrante, composto de plantas do brejo. O gás gerado no biodigestor alimenta o restaurante local, que serve pratos a base de jaca, planta introduzida na região. A solução criada também alavancou o ecoturismo na região, o que fomenta ainda mais as articulações locais e com os visitantes de outras regiões.

Outros exemplos como esse podem ser encontrados nas nossas referências.

[← Voltar ao Sumário](#)

Referências

- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Incidência política e participação social e popular.** Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2021. (Agroecologia nos municípios. Coleção Agroecologia e políticas públicas: subsídios para a incidência nos municípios, v. 2).
- BÚRIGO, A. C.; SOARES, L. P.; SOUZA, N. A. Tecendo redes de experiências em saúde e agroecologia: resultados e reflexões a partir da sistematização de iniciativas construídas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CHABOT, P. L'Âge des Transitions.** Paris: PUF, 2015.
- JOMALINIS, E. et al. Caderno 2: incidência política e participação social e popular.** Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021. (Coleção Agroecologia e Políticas públicas: subsídios para a incidência nos municípios). Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/01/ANM_CAD2_online.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.
- MEIRELES, T. Você já ouviu falar na comunidade que sustenta a agricultura? WWF Brasil,** Brasília, 19 jul. 2022. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?65282/CSA-Comunidade-que-Sustenta-a-Agricultura>. Acesso em: 18 maio 2025.
- STEENBOCK, W.; VEZZANI, F. M. Agrofloresta: aprendendo a produzir com a natureza.** Curitiba: Fabiane Machado Vezzani, 2013.

Capítulo VI

Políticas públicas

Haja vista a necessidade da transição do modo de produção agrícola dependente de agrotóxicos e aditivos químicos para sistemas que se adequem às necessidades do meio ambiente, promovendo a reconstituição do solo, a recuperação da biodiversidade, o zelo pela saúde das pessoas trabalhadoras e a garantia da segurança alimentar, atualmente existem diversas políticas públicas desenvolvidas para atuarem em pontos-chaves de promoção do cultivo agroecológico.

A promoção da agroecologia está associada a pontos principais, a saber: o melhoramento de técnicas agroecológicas, bem como a capacitação de profissionais para a implantação e implementação dessas técnicas; a liberação de crédito para investimento nestas novas técnicas de produção e também para a transição do tipo de cultivo; a certificação dos produtos comprovadamente agroecológicos, como forma de identificação e valoração destes, além de fiscalização rigorosa do método de produção; a promoção do comércio dos produtos, garantindo mercado e incentivando novas adesões à agroecologia.

Para tanto, é imprescindível que agricultores familiares/camponeses estejam inclusos nesse processo. Do mesmo modo, é essencial que este tipo de educação esteja disponível ao alcance de todas as pessoas, iniciando nas escolas a promoção de uma consciência ambiental coerente com as necessidades do planeta. Nesse sentido, é necessário o investimento e regulamentação em diversas áreas:

- **Fomento à pesquisa e desenvolvimento de técnicas agroecológicas:** Neste contexto, as políticas públicas promovem o investimento em programas de pesquisa e o desenvolvimento de técnicas e práticas agroecológicas, visando aprimorar os conhecimentos e oferecer suporte técnico aos produtores;
- **Capacitação e treinamento:** Implementação de programas de capacitação e treinamento para agricultores sobre os princípios e práticas da agroecologia, fornecendo acesso a recursos e conhecimentos necessários para sua adoção;
- **Incentivos econômicos e financeiros:** Criação de linhas de crédito específicas para incentivar a adoção da agroecologia com condições favoráveis, taxas de juros reduzidas e prazos mais longos para pagamento. Além disso, é possível oferecer subsídios e incentivos fiscais para os produtores que optarem por práticas agroecológicas;
- **Certificação e rotulagem de produtos agroecológicos:** Implantação de sistemas de certificação

e rotulagem que garantam a qualidade e origem dos produtos agroecológicos, permitindo a identificação e valoração no mercado;

- **Promoção da comercialização:** Estímulo à comercialização de produtos agroecológicos em feiras, mercados locais e programas de compras públicas, proporcionando maior visibilidade e acesso a esses produtos;
- **Apoio à agricultura familiar e camponesa:** Políticas específicas de incentivo à agricultura familiar e camponesa, que são frequentemente mais propensas a adotar práticas agroecológicas;
- **Controle rigoroso do uso de agrotóxicos:** Estabelecimento e fiscalização de regulamentações que busquem limitar e reduzir o uso de agrotóxicos, protegendo a saúde pública e o meio ambiente. Entrada em vigor da Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023, que substituiu a Lei nº 7.802/1989 e instituiu novo marco regulatório para pesquisa, produção, comercialização e fiscalização de agrotóxicos, reforçando exigências de rastreabilidade e fiscalização (BRASIL, 2023b);
- **Educação ambiental:** Integração da agroecologia nas escolas, promovendo a educação ambiental e aumentando a conscientização sobre a importância da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

É importante ressaltar que as políticas públicas podem variar de acordo com o contexto e as necessidades de cada país ou região, podendo ser adaptadas de acordo com as demandas e características locais. No Brasil, destacam-se:

1. **Código Florestal:** Considerado um dos pilares da legislação ambiental brasileira, desde 1934, o Código Florestal parte do pressuposto de que a conservação das florestas e dos demais ecossistemas naturais interessa a toda a sociedade. Afinal, são elas que garantem, para todos nós, serviços ambientais básicos – como a produção de água, a regulação do ciclo das chuvas e dos recursos hídricos, a proteção da biodiversidade, a polinização, o controle de pragas, o controle do assoreamento dos rios e o equilíbrio do clima – que sustentam a vida e a economia de todo o país. Além de tudo isso, é a única lei nacional que veta a ocupação urbana ou agrícola de áreas de risco sujeitas, por exemplo, a inundações e deslizamentos de terra. É o código que determina a obrigação de se preservar áreas sensíveis e de se manter uma parcela da vegetação nativa no interior das propriedades rurais. São as chamadas áreas de preservação permanente (APPs) e reserva legal (BRASIL, 2021a). A Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, também conhecida como Novo Código Florestal (BRASIL, 2012a), estabelece normas para proteção da vegetação nativa em áreas de preservação permanente, reserva legal, uso restrito, exploração florestal e assuntos relacionados. Nesse contexto, as propriedades deverão seguir as instruções estabelecidas nesta legislação (EMBRAPA, c2016).

2. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO):** Instituída pelo Decreto nº 7.794/2012, tem como objetivo integrar, articular e adequar políticas que induzem a transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica (BRASIL, 2012). Com o lançamento da PNAPO, em vigor desde 2012, a partir do decreto presidencial nº 7.794, de 20 de agosto, o Brasil se tornou o primeiro país a criar uma política de Estado específica para o incentivo à agroecologia e à produção orgânica.

A PNAPO foi praticamente apagada durante o governo (2019 a 2022), com a extinção da Comissão e da Câmara de Agroecologia e Produção Orgânica. O Decreto n. 11.582, de 28 de junho de 2023, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reativou a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO – e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO (BRASIL, 2023b). Em 2024, a Resolução nº 1, de 6 de novembro de 2024, aprovou o Regimento Interno da CNAPO, ampliando sua composição para 21 órgãos governamentais e 21 entidades da sociedade civil (BRASIL, 2024a).

3. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO):** Elaborado no âmbito da PNAPO, orienta as ações do governo na promoção da agroecologia. Inclui metas e diretrizes para a expansão da produção agroecológica, o fortalecimento da agricultura familiar, a garantia de acesso ao mercado, o fomento à pesquisa e à extensão rural, entre outros aspectos (BRASIL, 2013a). A Portaria Interministerial MDA/SG-PR/MAPA/MDS/MMA/MS/MCTI nº 7, de 15 de outubro de 2024, instituiu o PLANAPO 2024-2027, definindo metas específicas para crédito, pesquisa, compras públicas e inclusão de mulheres, jovens, indígenas e quilombolas (BRASIL, 2024b).
4. **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF):** Oferece financiamento e assistência técnica para aquisição de terras por agricultores familiares (BRASIL, 2019). A resolução MDA nº 1, de 24 de janeiro de 2025, elevou o teto de financiamento para R\$ 293.527,64 e priorizou projetos baseados em produção agroecológica (BRASIL, 2025a).
5. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** Criado pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Incentiva a agricultura familiar por meio da compra direta de produtos, priorizando aqueles cultivados de forma sustentável. Promove a segurança alimentar, valorizando a produção agroecológica e gerando renda para os agricultores familiares. Esta Lei sofreu diversas alterações, tendo sido revogada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Entrou novamente em vigor através do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2023).
6. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):** A Lei nº 11.947/2009 determina que, no mínimo, 30% do valor dos recursos federais do PNAE sejam destinados à compra direta de produtos da agricultura familiar, preferencialmente com produção agroecológica ou orgânica, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades, assim como promove o consumo de alimentos saudáveis nas escolas (BRASIL, 2023). Está em tramitação o PL 212/2022,

debatido em 2024, que propõe ampliar esse percentual para 50%. Até maio de 2025 o projeto ainda não foi convertido em lei (SENADO FEDERAL, 2024).

7. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos:** Estabelecida pelo Decreto nº 5.813/2006, permanece vigente (BRASIL, 2006). A agroecologia assegura maior qualidade aos insumos fitoterápicos.

Estas são algumas das políticas públicas vigentes no Brasil para promover a agroecologia. No entanto, é importante ressaltar que a implementação e o fortalecimento dessas políticas são fundamentais para garantir a transição para uma agricultura sustentável.

Além das políticas públicas internas do país, existem também políticas públicas internacionais voltadas para a promoção da agroecologia. Alguns exemplos de programas e instituições que atuam na promoção do desenvolvimento sustentável e agroecológico estão listadas abaixo:

1. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA):** Foi criado em 15 de dezembro de 1972 durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, sendo regido pela Carta da ONU. O PNUMA promove a transição para a agricultura sustentável por meio da implementação de projetos e programas que visam fortalecer a agroecologia. Isto inclui o apoio à pesquisa, capacitação e disseminação de boas práticas agroecológicas (ONU, 2022).
2. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO):** Segue como Marco Estratégico 2022-2031 em programas dedicados à promoção da agroecologia, como o Programa de Agricultura Sustentável e o Programa de Agricultura Familiar. A organização fornece assistência técnica, capacitação e recursos financeiros para os países adotarem práticas agroecológicas. Trabalha no “combate à fome e à pobreza, promove o desenvolvimento agrícola, a melhoria da nutrição, a busca da segurança alimentar e o acesso de todas as pessoas, em todos os momentos, aos alimentos necessários para uma vida saudável” (ONU, 2021).
3. **Organização Mundial da Saúde (OMS):** Reconhece a agroecologia como uma abordagem importante para promover a alimentação saudável e prevenir doenças relacionadas à exposição a agrotóxicos. A organização recomenda a implementação de políticas para incentivar a transição para sistemas de produção mais saudáveis e sustentáveis.
4. **Comissão Europeia:** A União Europeia tem políticas voltadas para a promoção da agricultura sustentável e da agroecologia. Isso inclui o apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento rural e iniciativas de venda direta de produtos orgânicos. A Comissão Europeia reafirmou, em 16 de outubro 2024, o Plano de Ação para atingir 25% da área agrícola em manejo orgânico até 2030 (EUROPEAN COMMISSION, 2024).

A cooperação entre países e a troca de conhecimentos e experiências são fundamentais para impulsionar a transição para sistemas agrícolas sustentáveis em nível global. Segundo nestes termos, é nítida a

íntima relação da agroecologia, da saúde pública e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) a serem alcançados até 2030 (ONU, c2023). Alguns ODS têm ligações diretas com a agroecologia e a saúde pública, a saber:

- **ODS 2 — Fome Zero e Agricultura Sustentável:** a agroecologia é uma abordagem fundamental para promover a agricultura sustentável e garantir a segurança alimentar. Práticas agroecológicas ajudam a aumentar a produção de alimentos nutritivos e de qualidade, reduzindo a dependência de agrotóxicos e melhorando o acesso dos agricultores familiares aos mercados.
- **ODS 3 — Saúde e Bem-Estar:** a agroecologia contribui para a melhoria da saúde pública, promovendo alimentos seguros e saudáveis. Ao cultivar alimentos sem agrotóxicos ou substâncias químicas nocivas, a agroecologia reduz a exposição a essas substâncias e previne doenças relacionadas. Além disso, a agricultura sustentável melhora a nutrição e a diversidade alimentar nas comunidades.
- **ODS 12 — Consumo e Produção Responsáveis:** a agroecologia incentiva práticas produtivas sustentáveis, promovendo o uso responsável dos recursos naturais e a minimização do desperdício. Ao adotar métodos agroecológicos, como a compostagem, a conservação do solo e a gestão adequada da água, contribui-se para a redução do impacto ambiental da produção de alimentos.
- **ODS 15 — Vida Terrestre:** a agroecologia preserva a biodiversidade e os ecossistemas, protegendo os recursos naturais e assegurando a vida e a saúde dos seres vivos. Métodos agroecológicos promovem o equilíbrio ecológico, a conservação de habitats naturais e a restauração de ecossistemas degradados.

Dessa forma, a promoção da agroecologia e o foco na saúde pública contribuem diretamente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, criando uma sociedade mais justa, ambientalmente consciente e saudável.

Por outro lado, para além dos parâmetros de desenvolvimento econômico, a promoção da agroecologia está intrinsecamente relacionada aos saberes populares e campesinos e trata-se de um modo de produção que vai ao encontro de políticas que surgiram por meio do controle social.

Neste contexto, e partindo das necessidades populacionais apresentadas em Conferências Nacionais de Saúde (CNS), destacando-se a 8ª Conferência Nacional de Saúde realizada em 1986, no Brasil, quando a população manifestou a urgência de cuidados que atendessem as pessoas de forma diversa, distanciando do paradigma tão somente biomédico para o biopsicossocial/espiritual, o SUS, na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990), incorporou o conceito ampliado de saúde resultante dos modos de vida, de organização e de produção em um determinado contexto histórico, social e cultural, buscando superar a concepção da saúde como ausência de doença, centrada em aspectos biológicos.

Deste modo, foram sendo construídas políticas nacionais que consideram a diversidade dos contextos, a importância da promoção à saúde e do cuidado das pessoas, como a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPICS), que desde 2006 (BRASIL, 2015a) vem ganhando espaço e alcançando a diversificação dos saberes em prol da promoção da saúde, prevenção de doenças e o resgate de culturas tradicional e popular no cuidado das pessoas.

Assim, para se operar as políticas de saúde, torna-se necessária a consolidação de práticas voltadas para indivíduos e coletividades, em uma perspectiva de trabalho multidisciplinar, integrado e em redes, de forma que considere as necessidades em saúde da população, em uma ação articulada entre os diversos atores, em um determinado território (BRASIL, 2015a).

Dentro das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde encontram-se a Fitoterapia, a Medicina Tradicional Chinesa, a Medicina Indiana Ayurveda, entre outras. Todas estas citadas apresentam bases no reconhecimento do uso de plantas medicinais para a promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças e agravos, ou seja, reconhecem seu grande potencial terapêutico.

A Fitoterapia, por sua vez, contemplada também pela Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, tem sinergia direta com a agroecologia, pois a produção livre de veneno assegura insumos terapêuticos seguros e eficazes, com um potencial elevado para contribuir com a saúde pública. Ela oferece alternativas naturais e acessíveis para o processo terapêutico, especialmente em comunidades com menor acesso a medicamentos alopáticos. Plantas medicinais cultivadas de forma agroecológica possuem maior concentração de compostos bioativos, vitaminas e minerais, fornecendo melhoria na alimentação e na nutrição, fortalecendo o sistema imunológico e possibilitando uma vida mais saudável.

A agroecologia, ao basear-se no cultivo livre de veneno, assegura a produção de fitoterápicos seguros e eficazes, promove a disponibilidade e o acesso a essas terapias no âmbito da saúde pública, sendo fundamental para uma abordagem mais sustentável e natural da saúde, promovendo benefícios para o indivíduo, para a comunidade e o meio ambiente.

Para tanto, torna-se necessário que esforços continuem sendo empregados na implementação das políticas já existentes, bem como mantenham-se asseguradas como políticas de Estado, de modo que a troca de governos não seja sinônimo de ameaças à saúde planetária ou de retrocessos.

6.1 Alimentação como Prática de Cuidado Integral

No contexto da Atenção Primária à Saúde, as ações dos Núcleos de Educação Alimentar e Nutricional — NEAs (BRASIL, 2012c) — e das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) têm se articulado cada vez mais com propostas de promoção da saúde que respeitam os saberes populares, a agroecologia e os territórios. A alimentação, entendida como prática de cuidado integral, é expressão de

cultura, identidade, ancestralidade e sustentabilidade.

Nesse sentido, o fortalecimento de experiências como hortos agroflorestais medicinais, quintais produtivos, feiras agroecológicas, bancos de sementes, rodas de culinária ancestral e práticas de autocuidado comunitário contribui diretamente para a promoção da saúde planetária e da soberania alimentar.

A Política Nacional de Alimentação Urbana e Periurbana (PNAUP), em construção no Brasil (ANA, 2024a), vem reconhecer e apoiar essas iniciativas como parte fundamental dos sistemas alimentares sustentáveis e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Sua integração com as políticas de saúde, educação, assistência social e meio ambiente amplia as possibilidades de cuidado no território e fortalece redes comunitárias de resistência e afeto.

Para tanto, torna-se necessário que esforços continuem sendo empregados na implementação das políticas já existentes, bem como mantenham-se asseguradas como políticas de Estado, de modo que a troca de governos não seja sinônimo de ameaças à saúde planetária ou de retrocessos.

[← Voltar ao Sumário](#)

Referências

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Subsídios para a construção da Política Nacional de Alimentação Urbana e Periurbana (PNAUP)**. 2024a. Disponível em: <https://www.agroecologia.org.br/2024/03/04/pnaup-subsidios/>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. **Código Florestal: Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 28 maio 2012a.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília. 2012b.

BRASIL. **Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023**. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 abr. 2023a.

BRASIL. **Decreto nº 11.582, de 28 de junho de 2023**. Altera o Decreto nº 7.794/2012 que institui a PNAPO. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 29 jun. 2023b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. Brasília: Ministério da Saúde/Sesan/MDS. 2012c. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/marco_referencia_educacao_alimentar.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília, [2023]. Disponível em: PNAE — home — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (www.gov.br/educacao/pnae)

v.br). Acesso em 20 agosto 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf. Acesso em 18 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/11/planapo-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-planapo.pdf>. Acesso em 18 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC-SUS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/73424/Pol%C3%ADtica+Nacional+de+Promo%C3%A7%C3%A3o+da+Sa%C3%BAde+2015.pdf/7c436d87-7af4-bc06-c8cb-7f2f474e8b2b?t=1648442000480>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, 6 de abr. de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11476.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)**. Brasília, [2019]. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acao-e-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obra-e-atividades/programa-nacional-de-credito-fundiario>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Governo Federal abre nova chamada para o Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, 18 fev. 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/mada/noticias/2025/02/paa-chamada-2025>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013a. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 6 de novembro de 2024**. Aprova o Regimento Interno da CNAPO. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 nov. 2024a.

EMBRAPA. **Código Florestal: Entenda a Lei 12.651 de 25 de maio de 2012**. Brasília, DF: Emprapa. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal>. Acesso em: 18 maio 2025.

EUROPEAN COMMISSION. **Action plan for organic production in the European Union**. Bruxelas, 16 out. 2024. Disponível em: <https://agriculture.ec.europa.eu/>. Acesso em: 25 maio 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Strategic Framework 2022-31**. Roma: FAO, 2021. Disponível em: https://www-fao-org.translate.goog/strategic-framework/en?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 18 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. [2023]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)**. [2022]. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br>. Acesso em: 18 maio 2025.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei n. 212/2022**. Amplia de 30% para 50% a obrigatoriedade de aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/>. Acesso em: 25 maio 2025.

SOS FLORESTAS. **Código Florestal: Entenda o que está em jogo com a reforma de nossa legislação ambiental**. Brasília: WWF Brasil, [2011]. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?27443/Codigo-Florestal-Entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-reforma-de-nossa-legislacao-ambiental>. Acesso em: 18 maio 2025.

Capítulo VII

Experiências de projetos de Agroecologia

7.1 CEM Serra da Misericórdia

O Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM) é uma organização sem fins lucrativos, inserida fisicamente na região do Complexo da Penha, localizado na Serra da Misericórdia, uma cadeia montanhosa situada na zona Norte do Rio de Janeiro e reconhecida como Área de Proteção Ambiental Urbana (APARU). Desde a década de 1940, enfrenta a exploração de terra por pedreiras nacionais e internacionais, modificando a paisagem local, aterrando nascentes, devastando a mata nativa, destruindo morros, prejudicando os moradores também com a poluição do ar, a poeira e o barulho. O território é uma favela rica culturalmente, uma típica comunidade de baixa renda do país em desenvolvimento, com ausência da coleta de lixo, de saneamento básico, água encanada e serviços públicos básicos.

O projeto nasce do sonho de reflorestar a Serra da Misericórdia, somando forças ao trabalho que a ONG Verdejar Socioambiental vinha realizando há uma década do outro lado do morro. Mas falar de meio ambiente na favela tinha seus desafios, uma pauta que não estava dada, e precisava, antes de tudo, ter uma base antirracista, feminista e emancipatória. O alimento, as tecnologias sociais e ancestrais, como a produção de xaropes, banhos e sabão, a economia dos quintais, o morar e plantar na favela, a partir do olhar das mulheres e crianças, criavam os fundamentos e conduziam o trabalho na promoção da soberania alimentar com base na agricultura urbana agroecológica por uma educação popular e na luta por direitos humanos e justiça socioambiental e climática. Assim, desde a sua criação em 2011, o CEM tem como principais eixos:

1. A promoção da soberania alimentar nas bases da agricultura urbana agroecológica;
2. A educação popular;
3. A luta por direitos e justiça ambiental.

7.2 Projetos

- **EDUCAÇÃO POPULAR – Encontros nos quintais:** O encontro nos quintais é uma iniciativa que encoraja e empodera famílias para usarem seus quintais para a produção agroecológica. Nesses encontros, profissionais da área vão ao território e promovem conversas com os moradores,

instruem sobre o plantar e o colher, dão dicas sobre todo o processo produtivo e todos podem trocar informações, pontos de vista e experiências.

- **Grupos de mulheres:** O grupo de mulheres é uma iniciativa que tem como objetivo o empoderamento feminino. As mulheres possuem a oportunidade de participar de vários projetos em parcerias com organizações como a Fiocruz, que vão desde ações de autocuidado até cursos de construção civil, para que elas tenham autonomia no cuidado com a própria casa. Importante citar que foi possível avançar na temática da moradia digna por meio de encontros formativos com o Termo Territorial Coletivo (TTC), formação em construção civil para mulheres, e na pesquisa participativa e formação de lideranças junto ao NEEPS-Fiocruz-ENSP e ao Movimento Sem Teto da Bahia, construindo caminhos possíveis de um território de bem viver.
- **Escola popular agroecológica:** Na escola, são recebidas as crianças da comunidade, divididas em faixas etárias. No projeto, são desenvolvidas atividades educacionais, leitura, desenho e atividades artísticas como o teatro. É um espaço em que as crianças têm um ambiente seguro, fora da violência do poder paralelo em que o bairro se encontra, e onde podem desenvolver suas habilidades interpessoais, autonomia e liderança. Na escola, as crianças têm a oportunidade de aprender sobre agroecologia e aplicar, na prática, colocando as mãos na terra e auxiliando no cuidado com as plantações.

7.3 Preservação Ambiental

A comunidade onde se localiza o CEM é uma área de ocupação recente, na qual várias casas ainda não possuem acesso à água encanada e saneamento básico. Ao lado da comunidade, localiza-se uma pedreira em atividade. Todos esses fatores atuam de forma negativa sobre a saúde da população. Por esse motivo, ações em preservação ambiental e sustentabilidade são tão importantes para a região.

A preservação, revitalização e regeneração das áreas verdes da APARU DA SERRA DA MISERICÓRDIA é uma das frentes de trabalho, com o cultivo e plantio de mudas para o reflorestamento das margens dos riachos e a criação de um sistema agroflorestal, produzindo alimento, amenizando o clima e envolvendo a comunidade na luta por justiça social.

7.4 Soberania Alimentar

A principal frente de trabalho é a promoção da soberania alimentar na favela. Isso se faz em parceria com diversos coletivos e instituições, nas bases da agricultura urbana agroecológica, buscando contemplar as pontas da cadeia produtiva de alimentos: do cultivo ao consumo. É realizada a promoção do acesso à

alimentação saudável e de qualidade (segurança alimentar e nutricional).

Todos os alimentos produzidos no CEM são destinados ao consumo local. A escolha dos alimentos é pensada de acordo com a cultura e tradição alimentar dos moradores, mas também é considerado o perfil nutricional para uma alimentação equilibrada.

7.5 A relação da saúde com o CEM

Em parceria com o CEM, são construídas agendas de saúde pela Clínica da Família Ana Maria Conceição dos Santos Correia.

Uma das iniciativas é o Consultório Territorializado Marias do Maranhão. O objetivo do consultório é levar saúde para parte da população mais vulnerável do território, tentando diminuir um pouco a Lei dos cuidados inversos, na qual os que mais precisam, menos acessam os serviços de saúde. Mais do que levar saúde em uma perspectiva biomédica, os encontros semanais tentam entender e atuar sobre a determinação social do processo saúde-doença, entender o que é saúde para aquela população e promover ações que se encaixem nas demandas da comunidade.

Os atendimentos médicos acontecem quinzenalmente, mas as ações em saúde acontecem todas as semanas. A agenda de atividades é criada por meio de reuniões com a comunidade, na qual a própria população traz para a equipe quais são suas demandas. As atividades incluem práticas de alongamento, grupos e rodas de conversa sobre temáticas que vão desde a sexualidade feminina até o uso de ervas medicinais. Outros profissionais também são incluídos na agenda, garantindo um cuidado integral. Dessa forma, é realizada a integração da agenda agroecológica, que por si só é um projeto de saúde, com ações dos profissionais da unidade, atuando em múltiplas frentes do cuidado.

Leoides Xavier dos Santos, uma das mulheres participantes, conta um pouco da sua experiência:

Conheci a Ana quando ela estava na doação de cesta básica, ela me perguntou se a gente plantava. Eu não tinha espaço, então plantava dentro de baldinhos. Quando eu vim para cá, consegui meu terreno e comecei a plantar. A Ana viu que eu gostava e me chamou para plantar com ela. O que eu mais gosto é plantar, cuidar das plantas. Aqui é bom, tem a floresta, tem o verde. Quem não conhece passa a ter conhecimento do que é plantar. Tem gente que não sabe o que é uma planta, uma erva. Eu aprendi a gostar desde criança porque eu vi minha avó fazer. Tudo eu perguntava para que servia, e ela falava. Quem não participa pergunta para gente. Quando eu tomo suco de oropronobis e chaia, eu nem sinto fome. A gente se sente muito bem quando come essas comidas.

Ana Paula da Cruz Santos, fundadora do CEM, conta como tudo começou:

Iniciei com as águas do mar e pelas águas das nascentes da APARU - Área de Proteção Ambiental e Recuperação da Serra da Misericórdia, Complexo de favelas da Penha, território urbano e rururbano, de potência agrícola, fonte de recursos naturais, carregado de memórias e resistências, sigo nessa prosa. Não tem como esquecer a primeira vez que pisei na mata exuberante, destacando-se em volta das casas, morros, em meio a um abandono que ao mesmo tempo refletia um esperançar. Ali estava com Marcelo Silva, quando nos apaixonamos pela potência daquele verde, pela possibilidade de um trabalho local transformador que seguisse lado a lado com os moradores. Sem entender muita coisa, mas com muita garra para realizar um trabalho sociocultural e ambiental - a educação já fazia parte de nossas realidades, mas a defesa de uma área verde era ineditismo. Inicialmente, a proposta foi defender a existência do Parque Municipal da Serra da Misericórdia, projeto desenhado por lideranças como Raízes em Movimento, Verdejar Socioambiental, que vinha há duas décadas verdejando a Serra e que nós, recém-chegados, agregamos força na luta quando, em 2012, fundamos o CEM - Centro de Educação Multicultural, focados na reconstituição e cultivo dessa última área verde. E mesmo depois de toda exploração da terra, muitas famílias ainda cultivavam em seus quintais com muitas memórias. Desde então, fomos construindo e reconstruindo conforme fomos nos relacionando com as nossas realidades, as pessoas e a favela. Importante destacar que, antes do aparecimento das mineradoras na década de 70, as pessoas viviam da criação de animais, do plantio, da caça em harmonia com toda a área verde e suas infinidades de nascentes. E, ao mesmo, tempo a desconexão dos moradores crescia.

Outro fator fundamental foi a chegada da Rede Carioca de Agricultura Urbana em 2013/2014, divisor de águas, pois nos apresenta a partir da agricultura urbana agroecológica outros sentidos que não só redesenham nossos objetivos, mas fortalecem caminhos de diálogo com a nossa área verde, a comida, as pessoas, com novos parceiros como o Instituto PACS. Sua contribuição sobre o fortalecimento da preta aqui reflete no trabalho coletivo com as mulheres e no entendimento/formação sobre autogestão na favela. A economia precisa ser feminista! Há 3 anos, nos desafiamos a trabalhar o tema associado à soberania alimentar com o coletivo de mulheres que nasce da relação com o SUS. Após o desmonte das clínicas das famílias, no governo do Marcelo Crivella, uma das primeiras medidas foi desempregar as nutricionistas, a começar pelas periferias. Se não tivéssemos a estratégia dos encontros itinerantes e de uma

atividade autogestionada, envolvendo diferentes parceiros e convidadas, como Patrícia Veiga, que nos faz o link com a Profª Ana Lúcia, coordenadora do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde.

Quem cuida de quem cuida? Cuidar pra estar forte junto às mulheres, trabalho que também circula na Roda de Mulheres da Rede CAU e no GT Mulheres da AARJ. Assim, saber para onde se deseja ir, quando se está imerso em fragilidades e vulnerabilidades, sempre foi um grande aprendizado e desafio, ao mesmo tempo um impulsionador que nos faz construir outras alternativas. Dar passos atrás e caminhar para um trabalho de base foi fundamental, e ali ia se fortalecendo nossos caminhos para trazer a discussão da segurança e soberania alimentar vinda da favela. A perda da sede nos move também, nos impulsiona a repensar a agricultura para além do plantar, cultivando territórios de bem viver. É quando somos obrigados a conduzir o trabalho para uma atuação muito mais política e identitária, que refletia diretamente na construção de um território de bem viver, onde a produção de alimentos sem veneno era a potência do morar e plantar.

A partir do trabalho de educação popular, foi possível envolver mulheres, crianças e a juventude local, integrando escolas, espaços públicos da saúde e assistência. A atuação em rede no território possibilitou a ampliação do trabalho, num formato de teia dentro da favela, o Arranjo Local Penha, um sistema participativo, interativo e que tem como eixo principal a soberania alimentar e agricultura urbana.

Um dos grandes aprendizados junto ao movimento de agroecologia, as mulheres das Vargens, ao lado do GT Mulheres da AARJ, foi apostar em outras economias possíveis, através da cozinha agroecológica como parte fundamental do fortalecimento da mulher, cozinheira, culinarista, agricultora urbana, em sua maioria, preta, favelada, nordestina, nortista. Com elas, tem sido possível criar ações concretas de luta por soberania alimentar e nutricional. É quando temos que trazer para o debate a importância do papel da agroecologia como trincheiras de uma economia feminista, política e emancipatória. Isso implica refletir sobre racismos, impacto dos megaeventos, como a desapropriação de terras, violência sexual, a falta de investimento para quem é entendido como quem não faz parte da cidade. No entanto, precisamos avançar no debate, a condição de um Estado religioso é um grande desafio no trabalho comunitário e de agricultura urbana com as mulheres. O distanciamento dessas mulheres com a sua ancestralidade só cresce! Não se reconhece mais a Guiné. As ervas de cura são vistas como instrumentos da macumba, o que impacta diretamente na sua qualidade de vida e na perda dos conhecimentos ancestrais. A falta de

procura faz muitas ervas da Serra irem desaparecendo. Mas basta falar delas, buscá-las que elas rebrotam, vão voltando a aparecer ao nosso redor. Agora precisamos multiplicar e ganhar forças, pois a indústria vem ganhando e expandindo sua produção de veneno também para cultivo dos alimentos voltados para a “grande massa”. É urgente para nós na Serra da Misericórdia, para a roça da Penha, resgatar culturas locais, da reza, das medicinas populares e do cultivo urbano, ampliando o diálogo sobre saúde coletiva e sua importância da agroecologia na favela, o que possibilita a condução de um trabalho participativo e político junto às mulheres.

7.6 Projeto Agroecológico da ONG Comunidade dos Pequenos Profetas Transforma Vidas

(Fonte: Brasil de Fato – Pernambuco – 06 de julho de 2022)

A ONG Comunidade dos Pequenos Profetas, localizada em Recife, Pernambuco, desenvolve um projeto chamado ”Telhado Eco Produtivo: Semeando Novos Horizontes” há mais de 30 anos. O projeto envolve crianças, adolescentes e suas famílias em atividades agroecológicas no telhado da sede da ONG. Mais de 1.500 pessoas das comunidades vizinhas se beneficiam da produção de alimentos orgânicos, como couve, rúcula, pimentão, coentro, tomate cereja e alface. O telhado serve como uma oficina de conhecimento autossustentável, onde os participantes aprendem sobre agroecologia, produção de alimentos e apoio técnico para cultivar suas próprias hortas em casa. Além disso, o projeto contribui para o empoderamento de mulheres e enfrentamento da violência doméstica, proporcionando um espaço seguro e de interação. A iniciativa ilustra como a agroecologia não apenas promove a segurança alimentar, mas também gera transformações sociais positivas.

7.7 Projeto de Agricultura Urbana Agroecológica na Comunidade Jardim Nova Esperança

(Fonte: Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais da Reunião Técnica sobre Agroecologia – Agroecologia, Resiliência e Bem Viver – Pelotas, RS – v. 17, n. 3, 2022)

O ”Projeto Cultivando Cidadania” promove uma horta comunitária agroecológica na comunidade Jardim Nova Esperança, em Aracaju - SE. O projeto visa capacitar os participantes sobre práticas agrícolas

sustentáveis e benefícios de alimentos saudáveis. A horta comunitária utiliza um espaço previamente subutilizado para cultivo de hortaliças, promovendo a reciclagem de resíduos e proporcionando educação ambiental. As hortaliças produzidas são utilizadas para consumo próprio das famílias assistidas e também são vendidas em feiras agroecológicas, gerando renda adicional. O projeto contribui para a segurança alimentar, promoção do bem-estar e fortalecimento da agricultura urbana. A iniciativa serve como exemplo de como a agroecologia pode ser aplicada no contexto urbano para melhorar a qualidade de vida das comunidades.

7.8 Rede de Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos (RHAMB) no Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal (DF)

A RHAMB é composta por um conjunto de equipamentos públicos e pelas instituições a que pertencem. A concepção dos Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos (HAMB) surgiu a partir de um projeto comunitário desenvolvido na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES - DF) desde 2018 e que foi expandido em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz Brasília). A partir de 2021, novos HAMB vêm sendo implantados em instituições públicas como unidades de saúde do SUS, escolas e em cozinhas solidárias. Estes espaços constituem-se como uma iniciativa capaz de promover o cultivo de plantas medicinais visando a produção de insumos farmacêuticos ativos vegetais (IFAV) como matéria-prima para a produção de fitoterápicos, além de promover a integração da comunidade com as pessoas que trabalham no serviço de saúde, fomentar as relações humanas cooperativas, promover o cuidado com o meio ambiente e a utilização de plantas medicinais nos territórios (Trajano *et al.*, 2021).

A implantação de Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos no SUS representa a criação de um equipamento de saúde que fomenta um espaço onde se promovem relações seguras, saudáveis e sustentáveis no contexto da saúde pública, e inclui, preferencialmente, práticas de saúde coletivas, democráticas, agroecológicas e biodiversas (Trajano *et al.*, 2021). É urgente promover relações verdadeiramente saudadoras com capacidade de fortalecer vínculos de apoio para superação conjunta de desafios coletivos (Trajano *et al*, 2023), como é o caso da emergência climática e do aumento da incidência da violência interpessoal no Brasil (Lancet, 2018).

Cada horto é concebido como um organismo socioagrícola inserido no território, onde a saúde do solo, do vegetal, do animal e do ser humano depende de um relacionamento mais amplo entre as forças que impulsionam os processos naturais (Kruger, 2003; Lobo, 2019).

A dimensão local, com seu potencial endógeno de conhecimentos e saberes, recursos e interações sociais, pode contribuir para a implementação de formas de agricultura que potencializam a biodiversi-

dade ecológica e a diversidade sociocultural. Ademais, a busca de uma agricultura menos dependente de insumos químicos sintéticos é parte de um desenvolvimento sustentável e que concilia necessidades econômicas e sociais das populações humanas com a preservação da sua base natural (Miklós, 2019).

A RHAMB no Sistema Único de Saúde (SUS) desponta como oferta sistemática, especialmente em uma conjuntura de Insegurança Alimentar e Nutricional, racismo ambiental e *apartheid* alimentar especialmente nos pântanos e desertos alimentares que atingem grande parte do território do DF.

Cada HAMB é planejado a partir das demandas locais por plantas medicinais, a partir das interações da unidade de saúde com a comunidade, e o potencial do espaço de plantio. Para promover a melhorias na fertilidade do solo no terreno, são levadas em consideração a trajetória do sol, a direção do vento, a inclinação, dentre outras especificidades em cada contexto. Os cultivos nos Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos (HAMB) são compostos por em consórcios de plantas herbáceas, arbustivas e arbóreas, para uso medicinais e/ou alimentícios (como hortaliças, frutíferas, raízes) e para adubação verde. Com base nos preceitos agroecológicos, nos hortos não são utilizados insumos agroquímicos sintéticos (fertilizantes solúveis e agrotóxicos).

Utilizam-se estratégias como manejo com podas constantes, com uso da matéria orgânica, como cobertura do solo, visando sua proteção, manutenção da umidade e promoção de funções ecossistêmicas em prol da vida. A diversidade vegetal com grande número de espécies favorece o equilíbrio ecológico a partir da evolução do sistema de produção em um sistema agroflorestal sucessional agroecológico (SAFA) por meio de manejos frequentes nas áreas. A aplicação de preparados biodinâmicos de composto (na compostagem) e de campo (nos cultivos) potencializa o cuidado em prol da saúde do HAMB.

Os 31 (trinta e um) HAMB, implantados até o momento, formam uma rede de equipamentos e uma rede de instituições que proporciona a relação entre as pessoas que se articulam na Rede de Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos (RHAMB), os quais são espaços aptos a abrigar as diversas atividades realizadas semanalmente junto à comunidade. Até o primeiro semestre de 2025, a RHAMB está presente em 19 (dezenove) Regiões Administrativas (RA) espalhadas por todas as 7 (sete) regiões de saúde do DF. O quadro abaixo apresenta a relação dos HAMB implementados até maio de 2025:

HAMB	Região	Ano
UBS 1 Lago Norte	Central	2018
Centro de Referência em Práticas Integrativas em Saúde (CERPIS) – Planaltina	Norte	2021
Casa do Parto – São Sebastião	Leste	2021
Farmácia Viva – Riacho Fundo	Centro-Sul	2021
UBS 1 Itapoã	Leste	2023
Subsecretaria de Vigilância à Saúde	Central	2023

HAMB	Região	Ano
UBS 1 Asa Sul	Central	2023
UBS 6 Samambaia	Sudoeste	2023
UBS 8 Ceilândia	Oeste	2023
Diretoria de Vigilância Ambiental em Saúde (DIVAL) – Noroeste	Central	2023
UBS 10 Santa Maria	Sul	2023
UBS 3 Santa Maria	Sul	2023
UBS 1 Brazlândia	Oeste	2023
Escola Classe Beija-Flor – SQN 316	Central	2023
UBS 2 Sobradinho	Norte	2024
UBS 9 Ceilândia	Oeste	2024
UBS 1 Jardim Mangueiral	Leste	2024
Fiocruz Brasília – Asa Norte	Central	2024
Hospital Universitário de Brasília (HUB)	Central	2024
UBS 3 Recanto das Emas	Sudoeste	2024
UBS 1 Vila Planalto	Central	2024
UBS 1 Núcleo Bandeirante	Centro-sul	2024
UBS 1 Candangolândia	Centro-sul	2024
UBS 7 Santa Maria	Sul	2024
UBS 1 Varjão	Central	2024
UBS 2 Areal	Sudoeste	2025
UBS 2 Guará	Centro-sul	2025
Anexo Ministério da Saúde	Central	2025
+9 HAMB no DF		2025

Tabela 2: Nome dos equipamentos públicos da respectiva região de saúde do DF e ano de cada implementação. *Fonte:* Elaborado pelos autores (2025).

A implantação de HAMB no SUS representa uma inovação cuja criação surge de um equipamento de saúde para a Atenção Básica facilmente adaptável para e para outros pontos da rede de serviços de saúde. Sua presença oferta um espaço onde se promovem relações seguras, saudáveis e sustentáveis no contexto da saúde pública. Essa tecnologia coloca em diálogo os princípios da participação da comunidade e do cuidado integral no SUS com a proteção do meio ambiente, em um cenário em que os recursos são cada vez mais escassos e que se requer medidas e ações mais sustentáveis ao longo do tempo, capazes de gerar recuperação da esperança, da fraternidade e da vida no território e nas pessoas. É urgente promover relações verdadeiramente sanadoras com capacidade de promover vínculos de apoio para superação conjunta

de desafios coletivos (Trajano *et al.*, 2023).

Esta é uma nova etapa da consolidação do ideal da Reforma Sanitária Brasileira em que não se pode mais prescindir de medidas econômicas para a salvaguarda dos biomas e nem esperar outra geração para fomentar soluções de baixo custo, acessíveis e que integrem os trabalhadores, suas famílias e seus sonhos à promoção da saúde no ambiente em que vivem (Trajano *et al.*, 2023).

7.9 Agradecimento

Agradecemos imensamente ao mandato da Deputada Federal Erika Kokay pelo financiamento e por todo o apoio que garantiu a execução dos cursos e promoveu as implantações; sem o qual a Rede de Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos (RHAMB) não seria possível.

[← Voltar ao Sumário](#)

Referências

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia, alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

[REVISAR ESTA REFERÊNCIA:]

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: **Anais do III Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Florianópolis, 17 a 20 de outubro de 2005.

DISTRITO FEDERAL. Deliberação n. 03, de 30 de março de 2020. **Diário Oficial do Distrito Federal**, n. 73, Seção II, p.11-12, 17 abr. 2020.

KRUGER, F. G. **Adubação mineral, orgânica e biodinâmica de Yacon (*Polymnia sonchifolia* POEP & ENDL): rendimento, qualidade e armazenamento** 2004. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Ciências Agronômicas da UNESP, Botucatu, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/23367ed7-0889-4d4a-a043-9f2ddd7e1e44>. Acesso em: 18 maio 2025.

LOBO, C. E. S. **Do pensar ao fazer: perspectivas filosóficas, conceituais e práticas acerca da agricultura biodinâmica no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MIKLÓS, A. A. W. **Agricultura biodinâmica, nutrição e desenvolvimento humano.** São Paulo: Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica; 2019. Disponível em: https://biodinamica.org.br/images/ebook_nutricao_baixa.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

MORENO, X.; PENEIREIRO, F.; TRAJANO, M. Hortos agroflorestais medicinais biodinâmicos (HAMB) para a produção de insumos farmacêuticos ativos vegetais (IFAV) na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.18, n.1, p. 101-111, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23765>.

SANTOS, A. C. A agrofloresta agroecológica: um momento de síntese da agroecologia, uma agricultura que cuida do meio ambiente. **Boletim eletrônico. Curitiba: Departamento de Estudos Socio-Econômicos Rurais**, n. 156, 2007.

TRAJANO, M.; MORENO, X.; BARROS, N. Hortos agroflorestais medicinais biodinâmicos (HAMB) na promoção da saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 12., 2021, Piracicaba, evento online. **Anais do 12. Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais**. Piracicaba: Sociedade Brasileira de Sistemas Agroflorestais, 2021. ISBN 978-65-81152-33-8.

TRAJANO, M. et al. Hortos agroflorestais medicinais biodinâmicos: uma contribuição para a atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.18, n.5, p. 698-709, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/51364>. Acesso em: 18 maio 2025.

Capítulo VIII

Mãos à terra

O nascimento de cada ser vivo, a sua força de crescer, de frutificar, de criar o próximo a seguir, de completar o processo de amadurecimento, tendo no final a morte, ou melhor dizendo, a transformação em outras formas de vida — tudo isso faz parte do metabolismo do macroorganismo Mãe Terra. A sucessão de gerações e a sucessão natural das espécies é o pulso da vida, o veículo em que a vida atravessa o espaço e o tempo.

Ernest Götsch.

Os sistemas agroecológicos buscam imitar ecossistemas naturais, utilizando como fundamento primordial a observação e a compreensão profunda da natureza, dos ecossistemas locais, iluminação solar, chuvas e o ciclo da água, ciclo lunar, solo e a sua inclinação (nível).

A agroecologia pode ser observada na prática da agricultura biodinâmica, agricultura ecológica, sistemas agroflorestais, sintropia e permacultura.

Todas elas têm em comum:

- Não utilização de agrotóxicos;
- Respeito à vida e aos ecossistemas naturais;
- Compreensão dos ciclos terrestres e a inserção humana nos ecossistemas;
- Solo coberto;
- Adubação verde;
- Biodiversidade: Diversas espécies vegetais serão plantadas juntas em consórcios, pois uma beneficia a outra;
- Cultivo em linhas.

Os sistemas agroflorestais, segundo Ernst Götsch, em sua técnica de sintropia, serão abordados brevemente neste capítulo devido à sua importância para a conservação da fauna e flora

nativa, recuperação de áreas degradadas, e necessidade mínima ou inexistente de irrigação, e exclusão de qualquer adubo trazido de fora do sistema.

Importante ressaltar que a pouca ou nenhuma irrigação se deve ao fato de uma agrofloresta criar um microclima local capaz de manter a umidade do ar e do solo quando bem formada e estabelecida.

Nesse capítulo, daremos algumas dicas práticas para o plantio, que deve envolver o cuidado com o solo, a vida no solo, o nível, o adubamento verde, o plantio em consórcio planejado, as podas/manejo, a água, a luminosidade e a compostagem.

8.1 O solo

Na agricultura, o início de tudo é o solo que, quando degradado, significa também o fim da água, de tudo e de toda vida terrestre. Solo doente — planta doente — homem doente.

Ana Maria Primavessi

Inicialmente, alguns aspectos do solo que devem ser observados para o plantio são: cor, textura, compactação (superfície), cheiro, umidade e vida existente.

8.2 Um solo saudável para o plantio

A vida no solo

O solo é composto também pela vida que se desenvolve nele: fungos, bactérias, minhocas e outros seres vivos. Todos esses seres contribuem para o crescimento saudável das plantas. Eles fornecem e ajudam as raízes a absorverem nutrientes, matéria orgânica, retendo o nitrogênio da atmosfera, retendo a água, impedindo a proliferação de pragas, aerando o solo.



(a)



(b)

Figura 4: (a) Interação entre os fungos do solo e as raízes das plantas e (b) interação entre rizobactérias e as raízes das plantas. *Fonte:* Plant Health Care.

Nível

A técnica de nivelamento do solo em locais montanhosos é fundamental para drenagem e manutenção da água no sistema e para evitar erosão.



Figura 8: Nivelamento com ”pé de galinha”. *Fonte:* Alessandra Bertoncini Nakazawa (2025).

Adubação verde (matéria orgânica)

A matéria orgânica produzida através das podas, roçadas, folhas mortas, compostagem de alimentos, é distribuída acima da terra e ajuda a estimular e a alimentar a microvida no solo, permitindo que este se torne arejado, úmido e grumoso. Dessa forma, a raiz da planta irá crescer sem barreiras ou lajes (solos compactados) e procurará nutrientes em maior profundidade. Essa proteção do solo é importante para a manutenção de sua temperatura, evitar a erosão e reter a água.

Um exemplo ilustrativo é o plantio em linhas planejadas, apresentado na Figura 9 a seguir, onde podemos observar o uso de matéria orgânica sem uso de irrigação convencional.



(a)



(b)

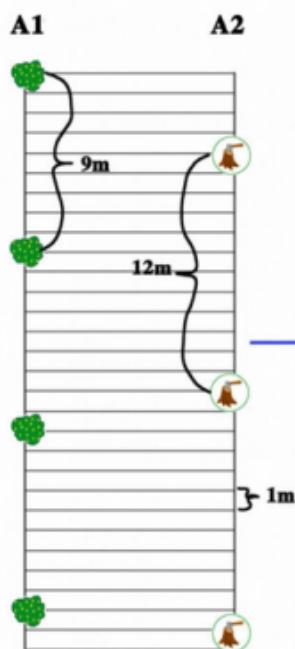
Figura 9: Plantio em linhas planejadas. *Fonte:* Acervo pessoal, César Luis Kerber (2025).

Plantio em consórcio planejado

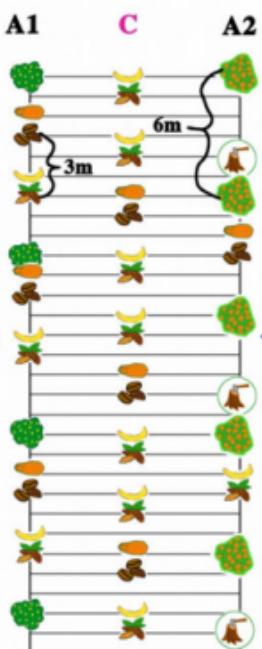
Um consórcio em uma agrofloresta sintrópica são plantas que crescem juntas, colaborando umas com as outras, tendo espécies em todos os estratos (tamanho que a planta terá quando adulta) e em todos os estágios de sucessão.

Na Figura 10 abaixo, podemos observar plantas em todos os estratos (alto, médio e baixo) e, também, em todos os níveis de sucessão.

Passo 1: Alto (9m) em A1 e Emergente (12m) em A2



Passo 2: Baixo e m todas as fileiras e Médio em A2



Passo 3: Árvores para produção de biomassa (1m/2m em todas as fileiras e nas nas fileiras de plantas para produção de biomassa)

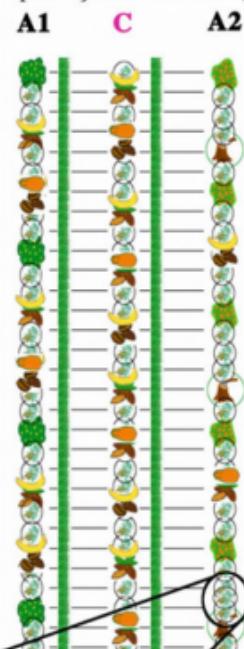


Figura 10: Legenda da figura explicando a imagem. *Fonte:*

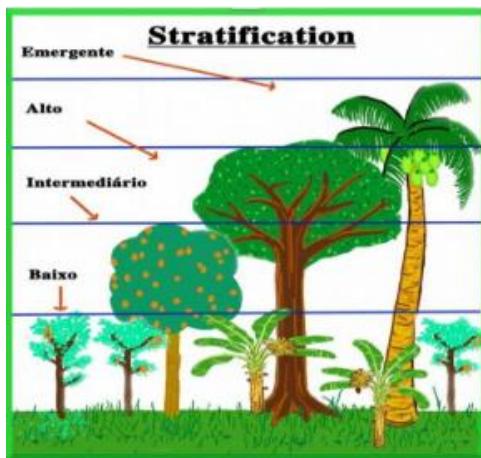


Figura 11: Plantio em consórcio planejado (estratificação). *Fonte:*

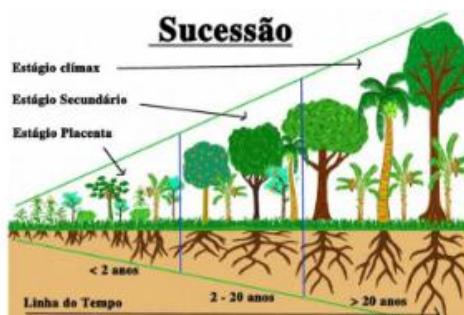


Figura 12: Plantio em consórcio planejado (sucessão). *Fonte:*

Podas/manejo

As podas e manejo dos sistemas agroflorestais são importantes para estimular o crescimento das plantas, colocar matéria orgânica no solo, abrir clareiras para iluminação e estimular a fotossíntese.

Poda e manejo de árvores no sistema agroflorestal estimulam o crescimento dessas árvores, permitem iluminação para outras espécies e fazem a cobertura do solo (adubação verde).

8.3 O sol

A observação da iluminação solar nos sistemas agroflorestais é de grande importância (estações do ano) e ao longo do dia. Devemos ter todas as plantas recebendo sol para estimular a fotos-

síntese. Por esse motivo, a poda e estruturação das linhas são fundamentais para um sistema agroflorestal.



Figura 13: Manejo de árvore. *Fonte:* Elaborado pelo autor (2025).

8.4 A água

A irrigação convencional não faz parte da técnica do manejo de uma agrofloresta sintrópica. Por isso, é importante o nivelamento do solo e a cobertura com matéria orgânica. Isso mantém a água no sistema, deixando o solo úmido e protegido. Existem técnicas de cobertura com palma e bananeira.



Figura 14: O início de um plantio com cobertura de solo e sem uso de irrigação convencional.

Fonte: Arquivo pessoal, César Luis Kerber (2025).



Figura 15: Evapotranspiração da floresta. Mostrando que a própria floresta retém a água naturalmente. *Fonte:* Arquivo pessoal, Ricardo Kiyoshi Nakazawa (2025).



Figura 16: A água no sistema. Mostra as folhas das árvores gotejando a água que retorna ao solo. *Fonte:* Arquivo pessoal, Alessandra Bertoncini Nakazawa (2025).

8.5 Compostagem

Existem diversas formas para compostagem, ou reciclagem do lixo orgânico produzido em nosso domicílio, como também instituições, empresas e outros.

Alguns alimentos produzidos no nosso domicílio, como carnes, ossos, laticínios, arroz, gorduras, condimentos, temperos, papel, derivados de trigo e fezes de animais, podem ser utilizados em outro tipo de compostagem, como a termofílica por exemplo. Em ambientes urbanos, é possível encontrar empresas de coletas domiciliares através dos baldes e bombonas, que fazem a destinação dos resíduos para a realização da compostagem termofílica.

A compostagem é importante para a formação de composto orgânico e biofertilizante líquido. Sendo também uma forma de reduzir a poluição provocada pelo lixo orgânico.

Aqui iremos exemplificar a compostagem usando minhocas, podendo ser utilizada também através das caixas de compostagem.



Figura 18: Compostagem direto na terra (minhocas), mostrando a cobertura com folhas secas.
Fonte: Autoria própria (2025).

O que vai para a composteira de minhocas (no chão): talos, cascas de verduras, frutas, cascas de ovo triturado, borra de café, pouca quantidade de alimentos cozidos ou assados e a cobertura com serragem ou folhas e galhos secos.

SAMBA DA UTOPIA

Ceumar

Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
 A palavra poesia
Se o mundo emburrer
Eu vou rezar pra chover
 Palavra sabedoria
Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
 A palavra rebeldia
 Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
 A palavra teimosia
 Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
 A palavra tirania
Pegue o tambor e o ganzá
 Vamos pra rua gritar
 A palavra utopia

[← Voltar ao Sumário](#)

Referências

GIETZEN, R. **Abundância agroflorestal: guia de agricultura sintrópica.** Tradução de Capuccio Maria Alice. Uruçuca: Green Man Farm, 2016.

GÖTSCH, E. **Break-through in agriculture**. Pirai do Norte: Agrossilvicultura Ltda, 1994.

GÖTSCH, E. **Homem e natureza: cultura na agricultura**. 2^a edição. Recife: Centro Sabiá, 1997.

PASINI, F.; NINA, I.; SOFFIATII, M. **Nesse chão tudo dá – semeando conhecimento e colhendo resultados**. [documentário]. Youtube, 2015. Disponível em: <https://youtu.be/WX0Q39UQQPQ?si=wcAllTnG2GnhE1>. Acesso em 27 agosto 2023.

PRIMAVESI, A. M. **Manejo Ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. 7^a ed. São Paulo: Nobel, 1984.

PRIMAVESI, A. M. **Manual do solo vivo: solo saudável, planta saudável, homem saudável**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PRIMAVESI, A. M. **Cartilha da terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SANTOS, F. P. **A agricultura sintrópica de Ernst Götsch: história, fundamentos e seu nicho no universo da agricultura sustentável**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Conservação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.